



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

MICHELE DA SILVA ALVES

**QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE BREJÕES/BA: UM OLHAR
A PARTIR DA FAZENDA LAGOA DO MORRO**

AMARGOSA – BA

2018

MICHELE DA SILVA ALVES

**QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE BREJÕES/BA:UM OLHAR
A PARTIR DA FAZENDA LAGOA DO MORRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Ênfase em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias.

Orientadora: Profa. Dra. Kassia Aguiar Norberto Rios.

AMARGOSA – BA

2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

MICHELE DA SILVA ALVES

QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE BREJÕES/BA:UM OLHAR A PARTIR DA FAZENDA LAGOA DO MORRO

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Kassia Aguiar Norberto Rios
Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Bahia
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^ª. Msc. Máira Lopes dos Reis
Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^º. Dr. Tiago Rodrigues Santos
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas
Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos meus pais:

Maria Celeste da Silva Alves

Gerson Alves da Cruz (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa jornada acadêmica me deparei com inúmeros desafios, desafios estes que só foram superados através de determinação, persistência, confiança, coragem dentre outros, e principalmente por meio do apoio de pessoas que foram de extrema importância para minha formação, e que por sua vez me ajudaram a desenvolver habilidades profissionais que estarei constantemente exercendo após minha graduação.

Neste sentido parafraseando o mestre Carlos Adriano da Silva Oliveira “quem é de verdade sabe quem é de mentira”, e durante minha trajetória na universidade conheci incontáveis pessoas de verdade, e tantas outras de mentira, e foram justamente essas tantas pessoas de verdade que encontrei no decorrer da caminhada que fizeram-me persistir e principalmente insistir em alcançar meu objetivo que era me tornar uma licenciada em Educação do Campo com Ênfase em Ciências Agrárias capacitada para exercer a profissão.

Agradeço, primordialmente, a Deus por ter me concedido o dom da vida e estar renovando-o a cada dia, por me sustentar e me dotar de conhecimento para realizar os grandes feitos dessa jornada. Por ter me concedido saúde, força e disposição para cursar na universidade e então conseguir fazer a monografia, sou grata ao Senhor por ter dado saúde aos meus familiares e tranquilizado minha alma nos momentos mais difíceis da minha trajetória acadêmica.

A minha mãe por ter me apoiado durante toda esta caminhada, principalmente no último semestre e por ter contribuído com o possível para que chegasse até aqui. Agradeço ao meu pai (*in memoriam*), pois sei que onde quer que ele esteja me enviou boas energias para que eu continuasse a caminhada.

Gratidão a minha orientadora Kassia Aguiar Norberto Rios que apostou em mim e mostrou que eu era capaz de fazer um ótimo trabalho de conclusão, agradeço ainda, pela dedicação e paciência na orientação, e neste sentido, é impossível não reconhecer que ser orientanda de Kassia Aguiar Norberto Rios é também ser sua amiga, pois para além dos assuntos de nível acadêmico, durante o tempo de orientação pude contar com o apoio dela para diversos outros assuntos, e principalmente nos momentos de mais dificuldade que passei ela esteve comigo, quando pensei por inúmeras vezes em desistir ela me motivou a continuar a caminhada por mais difícil que seja. E por mais obstáculos que encontrasse no caminhar, com sua ajuda fui conseguindo aos poucos superar cada um deles, foi ela também que por

diversas vezes puxou minha orelha nos momentos que dei uma relaxada na escrita do TCC, e é por esta razão que muito mais que ser apenas orientanda de Kassia Rios, durante esse período fomos construindo nossa amizade, e com isso ela também me fez enxergar que os muros e paredes frias da universidade podem também ser um local de risos e festas, (re)significando, portanto, a luta diária por um mundo melhor.

Meus sinceros sentimentos de gratidão a Maria Fernanda Oliveira Marques, que foi para mim durante o período da escrita do TCC uma co-orientadora, me apoiou, me deu suporte quando precisei, esteve comigo nos momentos de desespero, quando eu mesma não acreditei que conseguiria da conta deste trabalho, me acalmou e me mostrou que eu seria capaz de concluir este TCC. Maria Fernanda além de me co-orientar também foi uma grande amiga que a universidade me permitiu conhecer, pois assim como Kassia Rios, ela também esteve ao meu lado nos piores momentos, me incentivando e me dando forças para continuar por mais árdua que fosse a caminhada, quando o medo vinha, e o desespero tomava conta de mim, foi Maria Fernanda que me acalmou. Gratidão Fernanda!

Oziel Santana Neri Trindade agradeço por ter estado sempre comigo, que foi para mim desde meu ingresso no curso e no programa de bolsas PIBID Diversidade muito mais que um professor-supervisor, para além deste título Oziel Trindade foi um pai, irmão, mas principalmente foi amigo que me ouviu e continua me ouvindo e me atendendo. Agradeço-te ainda Trindade pelo carinho e apoio diante das minhas angústias, dúvidas e incertezas que giram em torno do fazer-se graduado ou licenciado em determinada área, sou eternamente grata a você por todas as vezes que puxou minha orelha, e cobrou que eu tivesse compromisso e dedicação com o que me proponho a fazer, graças a você também que estou me tornando uma profissional razoavelmente capacitada. Minha eterna gratidão meu amigo Ozzi.

Aos meus irmãos que acreditaram no meu sonho e me deram forças todos os dias mesmo que indiretamente, especialmente Silvana da Silva Alves, Gecione da Silva Alves, Angélica da Silva Alves, Mayra da Silva Alves, Osmar da Silva Alves, Elian da Silva Alves, Angeli da Silva Alves. Aos de hoje e aos de ontem, aos que estão perto e aos que estão longe, minha gratidão. Aos meus sobrinhos que respeitaram meus momentos de reclusão, obrigada pelo carinho.

Agradeço imensamente aos amigos (as) e colegas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Ênfase em Ciências Agrárias, em especial minha amiga-irmã Elane Rocha Andrade que me ajudou nos momentos que batia o desânimo pelas mais variadas

situações a prosseguir e assim conseguir alcançar meus objetivos, Elane que por diversas vezes me ouviu no meio do dia ou da noite, que mesmo com seu jeito desapegada de ser cuidou de mim ao longo desta longa caminhada rumo ao conhecimento, minha gratidão Lany! Nagila Souza Andrade que foi também durante minha trajetória acadêmica, mais que uma amiga, foi uma irmã caçula que tive o privilégio de conhecer durante os quatro anos da graduação, com ela passei os piores e também os melhores momentos, sorrimos, choramos muito (risos) brigamos e voltamos as pazes, dançamos, nos divertimos, passamos por inúmeros perrengues e suportamos a tudo isso juntas, pois amigos são para todos os momentos principalmente os ruins, me deu algumas dores de cabeça, mas quem disse que amigas são para nos trazer apenas felicidades? E pouco a pouco fomos aprendendo a respeitar o espaço uma da outra e assim dá força e suporte para continuar a caminhada rumo a etapa final deste curso. Gratidão Nagila!

De igual modo agradeço a Saadia Oliveira Silva e Raniele Zanol Ferreira por estarem comigo nas horas de felicidade, mas por estarem comigo principalmente nos momentos de tristeza, foi graças a elas também que conseguir juntar forças para continuar o curso. Obrigada! Crislayne dos Santos Brito que também foi uma das pessoas amigas que me ajudou a superar alguns obstáculos, tivemos nossas diferenças, pois é quase impossível conviver por mais de 40 dias com outra pessoa pacificamente, mas no fim sempre perdoamos e percebemos que mesmo sendo pessoas diferentes precisamos sempre do apoio uma das outras. Gratidão!

Sheylle Santos Fagundes Santana pelo ombro amigo, apoio e atenção durante estes quatro anos mesmo que a distância sua ajuda e companheirismo e paciência foram de extrema importância nesta longa jornada em busca do conhecimento. Minha sincera gratidão! Magno da Silva Marques pelo apoio moral e paciência nos momentos de choro, que não foram poucos (risos) gratidão Magno! Gratidão também a Luciana Bomfim Ferreira, Marcos Lindolfo dos Santos, por me apoiarem mesmo que ocultamente durante o meu processo de aprendizagem na universidade, pois por inúmeras vezes pedi socorro a Marcos Lindolfo e ele nunca me negou ajuda. Gratidão meus caros e raros amigos pelo carinho e apoio diante das angústias, dúvidas e incertezas que giram em torno do fazer-se licenciado!

Agradeço aos professores da Licenciatura em Educação do Campo com Ênfase em Ciências Agrárias e aos que não são professores da licenciatura que, distintamente, ensinaram a arte do pensar, de maneira especial aqueles com os quais convivi e vivi em sala de aula e também fora dela, Kassia Aguiar Norberto Rios, Oziel Santana Neri Trindade, Maria

Fernanda Oliveira Marques, Carlos Adriano da Silva Oliveira, Maíra Lopes dos Reis, Raul Lomanto Neto, Marcia Luzia Neves, Terciana Vidal Moura, Fabio Josué Souza dos Santos, Élcio Rizério, Gilsélia Macedo Cardoso Freitas, Kiki Givigi. Agradeço, ainda, aos funcionários e servidores da UFRB. Agradeço também a todos os entrevistados que contribuíram com meu TCC.

De igual modo, agradeço aos professores que aceitaram o convite da Banca Examinadora: Maira Lopes dos Reis que já me acompanha durante toda a graduação e por quem nutro um imenso carinho e com quem também compartilho minhas utopias e ao Prof. Tiago Rodrigues Santos por ter aceitado fazer parte desta etapa tão importante em minha vida

ALVES, Michele da Silva. **Questão Agrária no Município de Brejões/BA: Um olhar a partir da Fazenda Lagoa do Morro.** 61fs.il. 2018.Monografia (Graduação) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar e compreender a partir da Fazenda Lagoa do Morro, como o processo de formação sócio territorial de Brejões foi consolidando/materializando a questão agrária presente no município e as consequências desse processo. Para tal recorreremos metodologicamente a análise qualitativa, cujos principais procedimentos adotados foram à pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa estatística e pesquisa de campo. Destacando nesta última, a utilização de entrevistas, oficinas temáticas, visitas a Fazenda Lagoa do Morro, comunidades circunvizinhas, etc. A escolha da Fazenda Lagoa do Morro para construção desta análise decorre por a mesma ser conhecida historicamente como uma das maiores propriedades do município e grande produtora de café da região e do Estado entre as décadas de 1940 e 1970. Sua formação e atuação refletem as diversas desigualdades e contradições existentes no município, em especial entre agricultores familiares e latifundiários. Tais contradições se baseiam por um lado, na distribuição de grandes porções de terras nas mãos de poucos, tendo o monocultivo do café como principal atividade produtiva e, por outro, na “concentração” de centenas de famílias entre as fazendas e em áreas reduzidas do município. As consequências desse processo são diversas, a destacar: o êxodo rural; a falta de perspectiva de vida do povo camponês; o desestímulo ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, entre outros.

Palavras-chave: Questão Agrária; Formação Sócio Territorial. Contradições. Resistência. Fazenda Lagoa do Morro.

LISTA DE SIGLAS

CFP – Centro de Formação de Professores

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCF – Projeto Crédito Fundiário

PCT – Projeto Cédula da Terra

PIB – Produto Interno Bruto

PIBID – Programa de Bolsas de Iniciação à Docência para a Diversidade

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

LISTA DE TABELAS

Tabela 01.	Distribuição das propriedades rurais no município de Brejões – BA.	37
Tabela 02.	Evolução do Índice de Gini no município de Brejões – BA.	38

LISTA DE FIGURAS

Figura 01.	Mapa do Território do Vale do Jiquiriçá – BA com destaque para o município de Brejões-BA.	19
Figura 02.	Mapa mental do município de Brejões – BA, produzido pelos alunos da EJA no Colégio Estadual Edivaldo Boaventura.	22
Figura 03.	Área administrativa da Fazenda Lagoa do Morro	49
Figura 04.	Lavoura de Café da Fazenda Lagoa do Morro	50
Figura 05.	Início da criação bovina	51
Figura 06.	Início da criação bovina	51
Figura 07.	Bovinos de melhoramento genético.	52
Figura 08.	Extensão territorial da Fazenda Lagoa do Morro.	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01.	População de Brejões de acordo com Censo Demográfico do IBGE – 2010.	20
Gráfico 02.	População urbana e rural de Brejões de acordo com Censo Demográfico do IBGE – 2010.	20
Gráfico 03.	População masculina urbana e rural de acordo com Censo Demográfico do IBGE – 2010.	21
Gráfico 04.	População feminina urbana e rural de Brejões de acordo com o Censo Demográfico do IBGE – 2010.	21

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	ESTRUTURA DO TCC	16
2	PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS: OS CAMINHOS PERCORRIDOS NO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	17
2.1	CONHECENDO O RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA	17
2.2	A DELIMITAÇÃO PROBLEMA: PORQUE ESTUDAR A QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE BREJÕES	24
2.3	OS CAMINHOS PERCORRIDOS	26
3	A QUESTÃO AGRÁRIA NA ATUALIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	30
3.1	QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA	34
3.2	ENTRE CAMPONESES E LATIFUNDIÁRIOS: A MATERIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA EM BREJÕES	36
4	A FAZENDA LAGOA DO MORRO: UM RETRATO DA MATERIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA PRESENTE NO MUNICÍPIO DE BREJÕES – BA	43
4.1	A FAZENDA HOJE	49
4.2	QUESTÃO AGRÁRIA E TERRITÓRIO CAMPONÊS EM BREJÕES: UM HISTÓRICO DE CONTRADIÇÕES E NEGAÇÃO DE DIREITOS	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
6	REFERÊNCIAS	59
	ANEXOS	61

1 INTRODUÇÃO

Sempre morei em comunidade rural. Logo, minha realidade familiar não é muito diferente da realidade das inúmeras famílias camponesas brasileiras, ou seja, vivemos com pouquíssimas terras, herdadas pelo pai logo após a morte dos meus avós paternos. É por esta razão, que hoje temos alguma terra para o cultivo do café, principal atividade da minha família, e que atualmente tem-se produzido cada vez menos, sendo apenas para o próprio consumo (Depoimento – Michele Alves, 2018).

Esta pesquisa foi realizada com o intuito de analisar a questão agrária existente no município de Brejões- BA a partir da Fazenda Lagoa do Morro, bem como os conflitos e lutas por terra que ocorrem, muitas vezes, de maneira oculta no município.

O desejo em construir um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) relacionado ao tema Questão Agrária surge a partir das diversas pesquisas desenvolvidas durante o Tempo Comunidade do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrária do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Dentre estas destacamos, ainda nos 1º e 2º semestres, a construção de um Diagnóstico Rural Participativo, cuja uma das ferramentas de pesquisa utilizadas foi à elaboração de um mapa mental com a comunidade. Neste foi possível perceber que, a maioria das terras do município encontra-se concentradas nas mãos de poucos proprietários, neste caso, os grandes latifundiários enquanto que a maiorias das famílias camponesas encontram-se espremidas entre as grandes fazendas.

Neste sentido, a escolha em estudar a questão agrária a partir da fazenda citada anteriormente, decorre por a mesma revelar em seu processo histórico, as diversas contradições existentes no processo de ocupação de terra em Brejões: baseado por um lado, na distribuição de grandes porções de terras nas mãos de poucos, tendo o monocultivo do café como principal atividade produtiva e, por outro, na “concentração” de centenas de famílias entre as fazendas e em áreas reduzidas do município.

Tal escolha também decorre por ser filha de agricultores, morar no campo, numa comunidade chamada Lagoa da Roça e, juntamente com minha família, perceber e vivenciar ao longo de minha vida, as contradições que envolvem a vida dos moradores do campo no município de Brejões.

Enfatizo ainda, que desde o meu nascimento, sempre morei em comunidade rural. Logo, minha realidade familiar não é muito diferente da realidade das inúmeras famílias camponesas brasileiras, ou seja, vivemos com pouquíssimas terras, herdadas pelo pai logo após a morte dos meus avós paternos. É por esta razão, que hoje temos alguma terra para o cultivo do café, principal atividade da minha família, e que atualmente tem-se produzido cada vez menos, sendo apenas para o próprio consumo.

Mesmo sendo moradora de uma comunidade camponesa e com isso ter crescido observando relatos de familiares e vizinhos sobre a “perda de terras”, a ida para a cidade, a falta de escolas e hospitais, os conflitos etc., nunca havia despertado o olhar para o que de fato ali existia. Hoje compreendida como uma das diversas formas e dimensões com que a questão agrária se materializa e se reafirma no município.

Escolhemos estudar a questão agrária do município de Brejões/BA, por observar, dentre outras questões, a necessidade de dar visibilidade as inúmeras contradições vivenciadas historicamente, pelas famílias camponesas do município. Acreditamos que ao analisar essa temática, a partir de uma das principais e maiores fazendas do município, estaremos não só evidenciando essas contradições, mas, também, demonstrando a necessidade de se pensar um novo projeto de campo e de sociedade neste país.

Portanto é desse conjunto de reflexões e angústias vivenciadas/observadas que nasce o objetivo geral desta pesquisa: **Analisar e compreender a partir da Fazenda Lagoa do Morro, como o processo de formação sócio territorial de Brejões foi consolidando/materializando a questão agrária presente no município e as consequências desse processo.**

Por fim, destacamos que as análises e discussões desenvolvidas encontram-se estruturadas em cinco capítulos, aos quais descreveremos, em síntese, a seguir.

1.1 ESTRUTURA DO TCC

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) encontra-se estruturado em 5 capítulos, a incluir a Introdução (capítulo 1) e as Considerações Finais (capítulo 5). O segundo capítulo **“Procedimentos metodológicos: os caminhos percorridos no desenvolvimento da pesquisa”** realizam-se inicialmente uma descrição do recorte espacial da pesquisa e os caminhos que levaram a delimitação do problema, ou seja, porque estudar questão agrária no município de Brejões. Em seguida é apresentado todo o percurso metodológico de construção da pesquisa, instrumentos, técnicas e compreensões teóricas a cerca destes procedimentos.

O terceiro capítulo **“Questão Agrária no município de Brejões”** é dedicado a discussão de alguns elementos que configuram a questão agrária na atualidade, com um recorte específico para o município de Brejões e a Fazenda Lagoa do Morro.

No quarto capítulo, denominado **“A Fazenda Lagoa do Morro: um retrato da materialização da questão agrária presente no município de Brejões – BA”** realiza-se inicialmente uma descrição da Fazenda Lagoa do Morro (antes e hoje) e como esta reafirma no decorrer dos anos a presença da questão agrária local. Em seguida a análise é voltada a compreender o histórico de contradições e negação de direitos que envolvem as centenas de famílias camponesas existentes em Brejões.

Os caminhos metodológicos utilizados para a construção dos capítulos serão apresentados a seguir.

2 PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS: OS CAMINHOS PERCORRIDOS NO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi desenvolvida tomando como método de abordagem uma análise qualitativa, cujos principais procedimentos adotados foram à pesquisa bibliográfica, documental, qualitativa, estatística e pesquisa de campo.

Neste contexto, através da pesquisa qualitativa e elencando alguns procedimentos metodológicos que buscamos analisar e compreender como o processo de formação territorial do município de Brejões configurou historicamente a questão agrária existente no município, bem como os reflexos desta no cotidiano das famílias camponesas ali existentes.

Nesse capítulo nos dedicaremos a apresentar brevemente o recorte espacial da pesquisa, o porquê da escolha da temática e os principais aspectos do caminho percorrido.

2.1. CONHECENDO O RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA

A origem da formação territorial de Brejões advém do ano de 1808, quando uma bandeira chefiada pelo português Manoel Rovisco de Rosa Andrade partiu de Nazaré com o objetivo de abrir uma estrada, que cortasse toda a zona da mata, atingindo a região de Nossa Senhora da Vitória, que atualmente é denominada como a cidade Vitória da Conquista (Lei Orgânica, 2008), dava-se início a exploração e ocupação das terras que chegariam ao atual município de Brejões.

Mas é somente no ano de 1885, que essa ocupação se efetiva, quando de “passagem pela zona, os nordestinos Estevão Chaves e João Guerra pernoitaram na margem esquerda do rio Brejões. Animados pela fertilidade do vale e abundância da água, resolveram edificar casa para residência, e iniciaram a seguir o plantio do café” (Lei Orgânica, 2008, pág.1). Dava-se início a ocupação de Brejões e a inserção da cultura do cultivo do café.

Nos anos seguintes, “perseguidos pelas secas que assolavam o Nordeste, passavam numerosos grupos de retirantes, os quais influenciados pelos primeiros moradores ali ficavam”. Iniciou-se, desta forma, o povoamento da região (Lei Orgânica, 2008, pág.1).

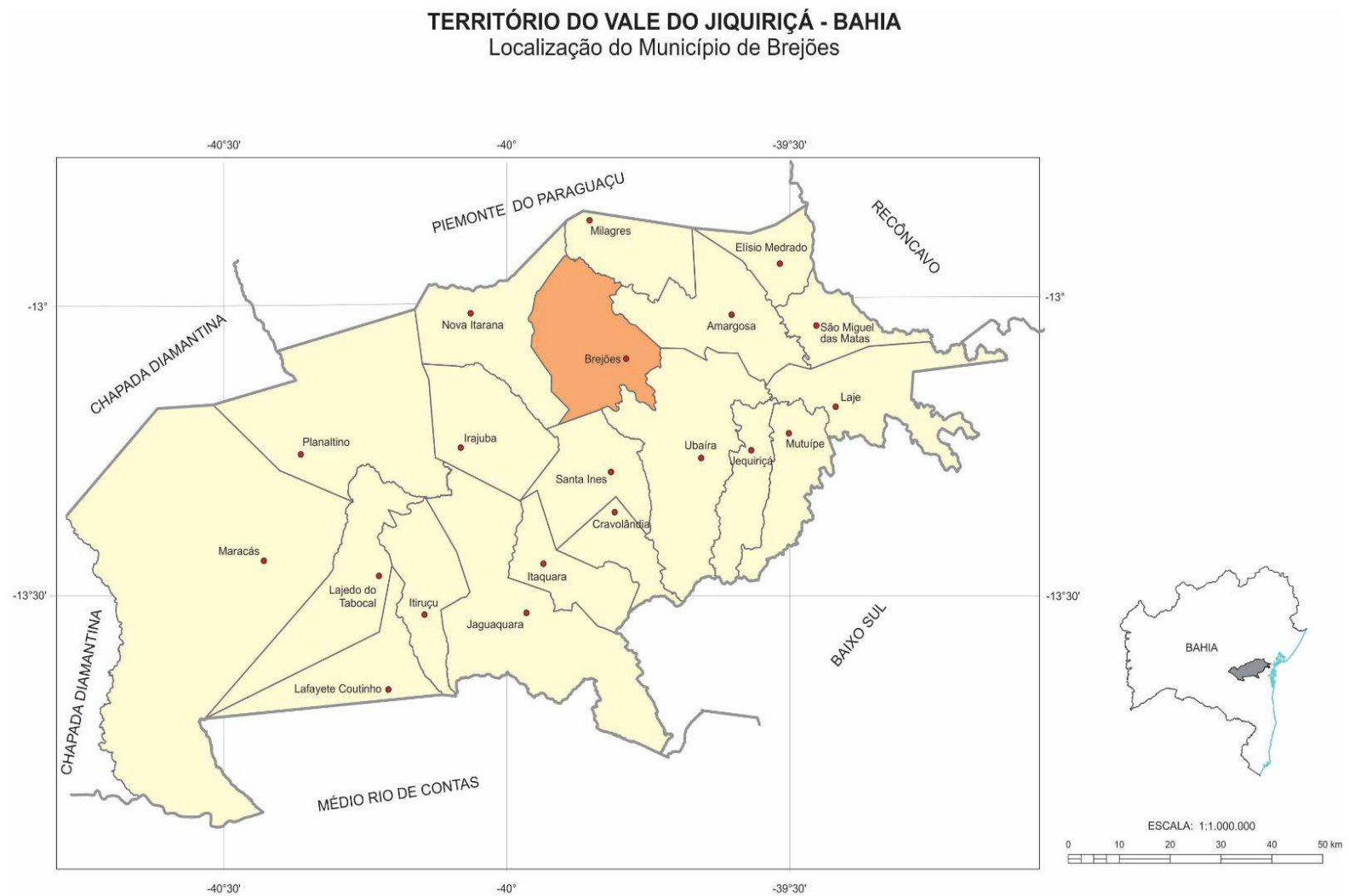
Em 1886, vendeu Manoel Rovisco as suas propriedades, então denominadas: Lagoa do Morro, Lagoa da Tiririca e Boa Vista; a Caetano Mota Jordão que, no mesmo ano, as vendeu a Manoel Vítório da Silva e Joaquim Dias da Silva. Estes levaram consigo de Nazaré muitos escravos, iniciando em suas terras o plantio de café” (LEI ORGÂNICA, 2008, pág.1).

Nessa época, o município de Brejões com cerca de 250 km de distância de Salvador era denominado como arraial e somente no ano de 1924 foi elevado à categoria de vila através da Lei estadual nº 1715 de 24 de julho, assinada pelo governador Francisco Marques de Góis. Esta mesma lei criou o município que foi inaugurado em 26 de outubro do mesmo ano.

O município de Brejões/BA encontra-se localizado no Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá e faz divisa com os municípios de: Amargosa, Milagres, Nova Itarana, Santa Inês e Ubaíra, conforme nos mostra a **figura (01)**.

Com uma área territorial de 480,833 Km², o município é composto pelas comunidades: Km 100, Fazenda Gavião, Lagoa do Morro, Bonina, Gato Preto, Pau Ferro, Santa Barbara, Lagoa da Roça, Campo Grande, Açucena, Lagoa do Tabuleiro, Encobal, Purrão, Serra do Baltazar, Serra do Teco, Tamanduá, Vãos, Conceição, Recreio dos Viajantes, Mamão do Mato, Tanjante, Oitis, Lagoa do Boi, Palmeirinha, Sapucaia, Fazenda Rio Branco, La se Avenha, Boa Esperança, Lagoa dos Marques (IBGE, 2010).

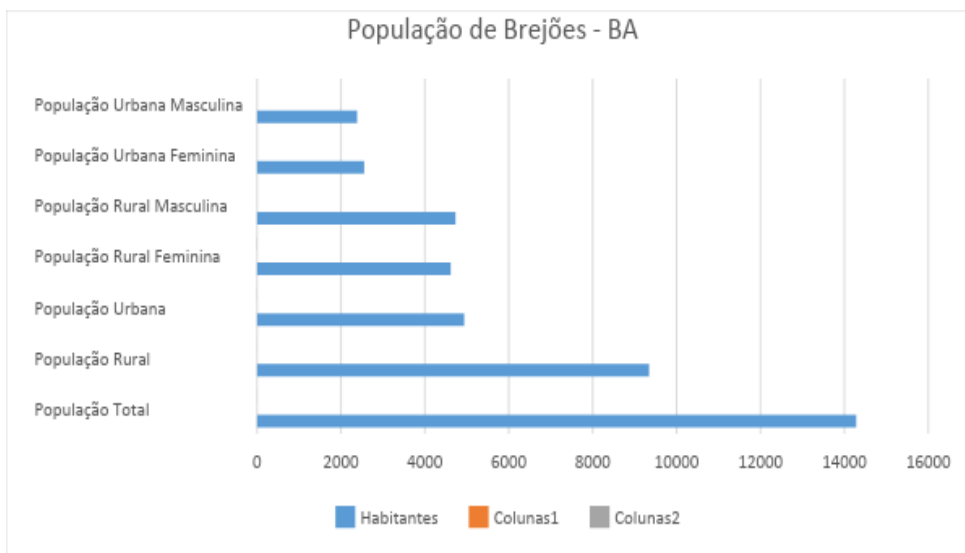
Figura 01: Mapa do Território do Vale do Jiquiriçá – BA com destaque para o município de Brejões-BA



Fonte: Coordenação Estadual dos Territórios, 2007.

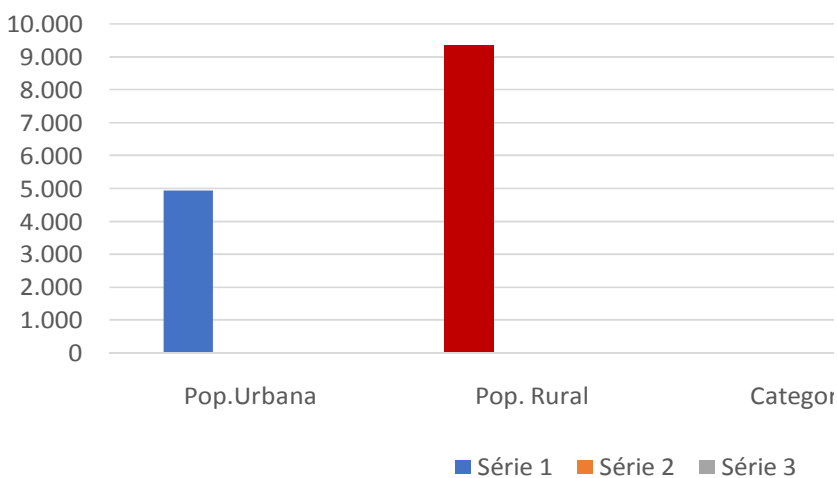
De acordo com dados do IBGE (2010), o município de Brejões possui atualmente uma população composta por 14.282 habitantes, sendo que 9.345 compõem a população rural e 4.937 a população urbana. Do total da população rural 4.615 são do sexo feminino e 4.730 do sexo masculino. Enquanto que na população urbana 2.553 habitantes são do sexo feminino e 2.384 do sexo masculino (Gráfico 1).

Gráfico 1. População de Brejões de acordo com Censo Demográfico do IBGE – 2010.



Elaboração: ALVES, 2016.

Gráfico 2: População Urbana e Rural de acordo com Censo Demográfico do IBGE –
População urbana e rural do m
Brejões/BA

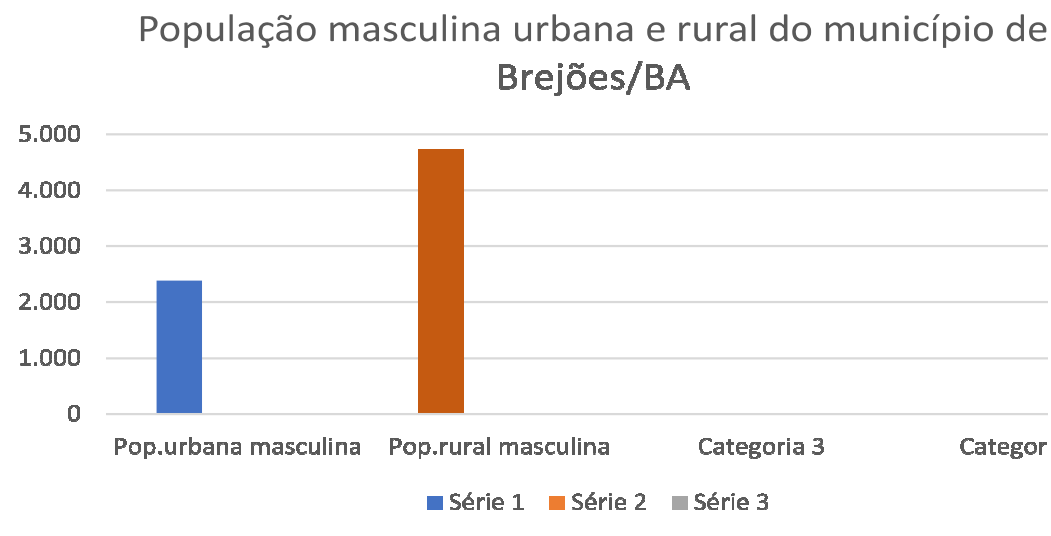


2010.

Elaboração: ALVES, 2018.

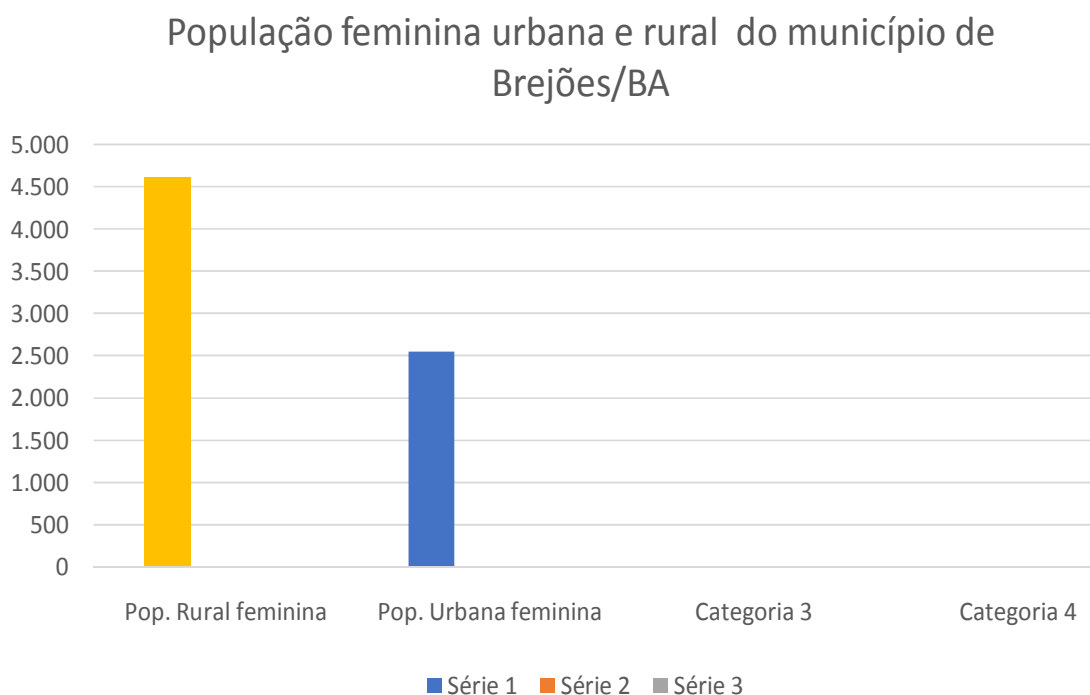
EI

Gráfico 3: População masculina urbana e rural de acordo com Censo Demográfico do IBGE – 2010.



Elaboração: ALVES,2018.

Gráfico 4: População feminina urbana e rural de acordo com Censo Demográfico do IBGE – 2010.



Elaboração: ALVES, 2018.

Sua economia é baseada na agricultura e na pecuária. Na parte sul do município encontra-se as grandes propriedades, em especial as fazendas Rio Branco e Lagoa do Morro.

Vale enfatizar que a produção dos latifundiários é voltada para produção de café, criação de bovinos e recentemente a plantação de eucalipto, especificamente na fazenda Rio Branco. Destacamos ainda que os produtos produzidos pelos latifundiários são exportados para outros estados, e em alguns casos para outros países.

Já os pequenos agricultores encontram “espremidos” entre as grandes propriedades e, se destinam ao cultivo de maracujá, mandioca e o café, só que em menores quantidades. O destino dessas plantações é dividido para o próprio consumo e para o comércio local, através de atravessadores, os produtos são vendidos em feiras livres e pequenos mercados da região. Na figura 2, podemos observar a espacialidade da produção agrícola em Brejões.

Este mapa mental foi produzido em uma oficina organizada pelos alunos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) juntamente com os alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA e, com o auxílio da professora orientadora do Tempo comunidade Kassia Rios e o professor supervisor do PIBID Diversidade Oziel Trindade.

Figura 02. Mapa mental do município de Brejões – BA, produzido pelos alunos da EJA no Colégio Estadual Edivaldo Boaventura



Fonte: Alves et al, 2014.

Para realização da atividade do mapa mental preparamos um roteiro para ser apresentado aos voluntários, houve a explanação teórica sobre o assunto, no qual os educandos de forma coletiva seguiram minuciosamente as etapas do roteiro e passo a passo foram plotadas todas as características geo-cartográficas e sócio produtivas do município. Foi feito o desenho representativo numa cartolina do contorno do mapa do município de Brejões – BA, no qual deveria conter informações geográficas das suas localidades rurais e deveria ter haver também a sede do município, vias de acesso, distritos e localidades, distribuição das escolas do campo, grandes projetos produtivos, conflitos agrários e hidrografia.

A atividade do Mapa Mental foi realizada juntamente com 50 alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Colégio Estadual Edivaldo Boaventura, com intuito de fazer uma junção dos saberes populares com o saber teórico, de forma que pudéssemos através desse suporte, espacializar e analisar a questão agrária e a educação do campo no Município de Brejões.

O objetivo central do mapa consistiu em espacializar a organização sócio produtiva do município, em especial onde se encontram os grandes latifundiários existentes em Brejões-BA, bem como, os pequenos agricultores familiares, que em sua maioria, encontram-se espremidos entre as grandes fazendas, conforme exposto na figura 02.

De acordo com dados do Projeto Geografar (2006) o índice de Gini de Brejões é de 0,908, considerado um dos mais altos índices do Vale do Jiquiriçá e do estado da Bahia. Fato que também fica comprovado quando observamos a distribuição das atividades produtivas, na figura 02.

O que se observa é que embora existam conflitos “implícitos” de terra no município de Brejões-BA, o tema Questão Agrária não é percebido e nem discutido pelos moradores, em especial os pequenos agricultores. É nesse contexto que surgem alguns de nossos questionamentos: Como se deu o processo de ocupação das terras de Brejões pelos grandes latifundiários, caracterizadas hoje pelo alto nível de concentração de terra?

E os camponeses, em sua diversidade, representados pelos indígenas naquele período e atualmente, pelos pequenos agricultores como ficaram/ficam? Sem-terra? Em disputa com as grandes propriedades?

Cabe destacar que, estamos considerando enquanto camponeses todos aqueles grupos sociais que vivem na e da terra e que possuem relações com o campo para além de seu uso produtivo – espaço de vida e reprodução social.

Daí, pensarmos como o modelo de colonização empregou ao nosso território a divisão dos que detém poder e conseqüentemente, a propriedade das terras. Enquanto isso, uma imensidão de camponeses encontra-se sem-terra e/ou “espremidos” entre as grandes propriedades. É nesse contexto que surge o desejo de compreender como a questão agrária tem se materializado historicamente no Município de Brejões, a partir da Fazenda Lagoa do Morro.

2.2. A DELIMITAÇÃO PROBLEMA: PORQUE ESTUDAR A QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE BREJÕES, A PARTIR DA FAZENDA LAGOA DO MORRO?

O desejo em estudar a questão agrária no município de Brejões/BA, a partir da fazenda Lagoa do Morro surge a partir de dois eixos: pela minha vivência no município e a partir de pesquisas realizadas no decorrer do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias.

Surge pelo fato de morar numa comunidade rural – Lagoa da Roça – juntamente com minha família e também por perceber em estudos realizados anteriormente que, a distribuição de terra do município em questão é realizada de forma injusta, onde há muita terra nas mãos de poucos (latifundiários) e inúmeros agricultores familiares com pouquíssima terra ou até mesmo sem terra alguma.

Sou filha de Maria Celeste da Silva Alves e Gerson Alves da Cruz, ambos moradores da comunidade Lagoa Roça município de Brejões/BA e agricultores familiares. Na comunidade da Lagoa da Roça há aproximadamente 200 famílias, que sobrevivem do cultivo de feijão, milho, mandioca, abóbora, melancia, banana, maracujá e até mesmo do café, só que em quantidades inferiores as produzidas pelos latifundiários.

Mesmo sendo moradora de uma comunidade camponesa e com isso ter crescido observando relatos de familiares e vizinhos sobre a “perda de terras”, a ida para a cidade, a falta de escolas e hospitais, os conflitos etc., nunca havia despertado o olhar para o que de fato ali existia.

Foi quando no decorrer do 3º semestre do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias (UFRB) cursei o componente curricular Questão Agrária, e neste realizei algumas atividades durante o Tempo Comunidade, das quais destaco a realização de uma oficina para confecção do mapa mental do município, realizado com auxílio da

professora orientadora, professor supervisor do PIBID Diversidade e alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Nesta foi possível, a partir da espacialização da produção agrícola do município, realizar uma leitura acerca da Questão Agrária existente.

Através da confecção do mapa mental observamos que, a maioria das terras do município encontra-se concentradas nas mãos de poucos proprietários, neste caso, os grandes latifundiários, enquanto inúmeras famílias camponesas se encontram em pequenas porções de terra sem nenhuma infraestrutura.

Dentre as grandes propriedades existentes na parte Norte do município, destaca-se a Fazenda Lagoa do Morro, conhecida historicamente por ser uma das maiores propriedades do município e grande produtora de café da região e do Estado entre as décadas de 1940 e 1970.

Com o declínio da cafeicultura no município, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, a fazenda passou a utilizar suas áreas principalmente, para criação bovina, transformando áreas anteriormente utilizadas para a cafeicultura em pastos e/ou terras improdutivas. Atualmente, a fazenda permanece com o maior percentual de suas terras voltado a criação de gado de corte e, uma menor proporção a cafeicultura e outras produções.

Destaca-se que, o fato citado ocorreu com diversas propriedades do município que, após o declínio da cafeicultura tornaram-se grandes áreas de pasto e/ou terras improdutivas. Enquanto isso, centenas de famílias camponesas, permaneceram espremidas entre essas propriedades, muitas sem apoio algum, para o desenvolvimento da pequena agricultura.

As consequências desse processo são diversas, a destacar: o êxodo rural, a falta de perspectiva de vida do homem do campo, o desestímulo ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, entre outros.

As discussões realizadas durante a pesquisa de campo nos revelaram que, além da concentração de terras, a falta de políticas públicas de incentivo a permanência das famílias camponesas em Brejões, tem sido um dos principais motivos do êxodo rural existente no município. Sem investimentos por parte do governo na agricultura familiar, os camponeses ficam “impossibilitados” de desenvolver suas atividades e com isso, permanecer no campo. Como consequência, estes acabam migrando para os grandes centros urbanos e passando a sobreviver, na maioria das vezes, em condições desumanas.

Percebemos ainda, através de relatos dos moradores, que a população local não tem consciência da questão agrária existente no município e isso reflete diretamente no cotidiano das inúmeras famílias camponesas ali existentes. Neste caso, não estamos nos referindo

somente à falta de terra, mas de condições dignas de permanecer no campo, de políticas públicas adequadas para essa realidade: educação, saúde, saneamento básico, entre outros. E tudo isso compreendemos enquanto questões inerentes a Questão Agrária.

2.3 OS CAMINHOS PERCORRIDOS

Conforme pontuado anteriormente, os procedimentos utilizados para a realização desta pesquisa foram: pesquisa bibliográfica, documental, estatística e de campo. Tal pesquisa se deu de forma a utilizar-se de autores contemporâneos; entrevistas com pessoas conhecedoras da fazenda e da área de seu entorno; e tais informações foram sistematizadas, e analisadas à luz da literatura, e finalizadas com os resultados obtidos na pesquisa.

Marconi e Lakatos (2010) afirmam que a pesquisa bibliográfica é:

Compreendida como uma pesquisa que abrange toda bibliografia tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, ou até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais, filmes e televisão. (MARCONI E LAKATOS, 2010, p.183).

Neste contexto esta forma de pesquisa tem por finalidade aproximar o pesquisador de todo o material escrito, falado ou filmado sobre tal assunto, bem como, conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos sendo elas publicadas ou até mesmo gravadas.

Para realização e escrita deste TCC, foram consultadas as principais referências sobre a questão agrária no Brasil e na Bahia e o processo de formação socioterritorial de Brejões, dentre os quais destacamos: dissertações, artigos, livros, projetos de pesquisas relacionados ao Território Vale do Jiquiriçá, etc. A leitura e análise das obras possibilitaram conhecer os aspectos históricos que envolvem a formação sócio territorial de Brejões, a partir de um olhar voltado para a Fazenda Lagoa do Morro.

Marconi e Lakatos (2010, pág.45) destacam que “a pesquisa bibliográfica é caracterizada por oito fases distintas, são elas: a escolha do tema a ser trabalhado, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação por fim a redação”. Não obstante para realização desta pesquisa foi necessário respeitar cada fase citada acima, no qual a mais importante de todas foi a escolha do tema a ser abordado, pois é a partir desta escolha que surgem todas as questões posteriormente analisadas.

Ainda de acordo com as autoras, “a escolha do tema pode ser originada da experiência pessoal ou profissional que o indivíduo tenha acerca de determinado assunto, através de estudos e leituras, ou até mesmo da analogia com temas de estudo de outras disciplinas ou áreas científicas” (MARCONI E LAKATOS, 2010, p. 45).

Seguindo esta linha de raciocínio, a escolha do tema desta pesquisa, se deu a partir de trabalhos realizados no componente Questão Agrária cursado no 3º semestre do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias – UFRB – CFP, Amargosa/BA. Como será citado posteriormente neste trabalho o desejo em estudar a questão agrária do município de Brejões – BA surge da curiosidade de saber porque em um município com um índice de Gini tão alto não existem conflitos agrários explícitos e nem consiste numa temática conhecida e debatida pela população local, em especial a camponesa.

Outro procedimento adotado na construção deste TCC foi à pesquisa documental que segundo Lakatos e Marconi (2010, pág.174) trata-se de uma fonte de coleta de dados que se encontra restrita a documentos, “escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. Esta pode se dá por meio de arquivos públicos, arquivos particulares, fontes estatísticas, escritos dentre outros”.

Para a pesquisa foram consultados e analisados documentos antigos que se referem a Fazenda Lagoa do Morro, relatórios, vídeos e entrevistas. Tais análises possibilitaram um maior entendimento de como se deu o processo de formação sócio territorial da fazenda Lagoa do Morro, bem como, a fazenda influenciou e ainda influencia na formação socioterritorial de Brejões. Esta também é uma etapa de realização do trabalho muito importante, pois possibilita o acesso a documentos antigos do objeto de estudo, ocasionando o acesso a informações que se encontram restritos a documentos e arquivos confidenciais. É a partir da análise desses documentos que pode-se conseguir histórico, bem como, outras informações pertinentes à pesquisa. Foi ainda nesta etapa da pesquisa que se acessou documentos antigos da fazenda Lagoa do Morro, que tinha por objetivo descobrir como as terras da fazenda foram apossadas, e como a fazenda influenciou ou influencia para a formação socioterritorial do município de Brejões – BA.

Como sabemos a pesquisa documental por permitir acesso a um vasto material que servirá de base para o trabalho a ser escrito, e este material encontrado é útil não apenas por

trazer conhecimento, mas por proporcionar ao pesquisador a coleta de informações prévias sobre o assunto a ser discutido.

Este trabalho contou ainda com a análise de dados estatísticos, visto que haveria a necessidade de consultar dados estatísticos da estrutura fundiária do município de Brejões e do perfil sócio econômico dos moradores, neste sentido “a pesquisa estatística é a coleta e elaboração de dados estatísticos, censitários, pois esta, está a cargo de órgãos particulares e oficiais” (LAKATOS E MARCONI, 2010, p. 160)

Nesta etapa recorreremos aos dados: Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco de Dados do Grupo de Pesquisa GeografAR (UFBA), Secretaria de Agricultura do Município de Brejões, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), etc. Nesta fase da pesquisa foi possível consultar materiais como artigos que traziam informações e análises sobre o índice de Gini do município de Brejões – BA, população total local, sexo, ocupação, escolaridade e renda.

Tais dados nos auxiliaram na análise da questão agrária no município de Brejões, a partir da distribuição das fazendas de pequeno, médio e grande porte, assim como na compreensão do perfil socioeconômico local.

Por fim, utilizamos também a pesquisa de campo, para que pudéssemos nos apropriar de maiores informações da Fazenda Lagoa do Morro, bem como as especificidades que envolvem as comunidades que vivem no entorno desta. Para Marconi e Lakatos, a pesquisa de campo:

É aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste, no entanto, na observação de fatos e fenômenos, tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisa-los. A pesquisa de campo propriamente dita “não deve ser confundida com simples coleta de dados (este último corresponde à segunda fase de qualquer pesquisa); é algo mais que isso, pois exige contar com controle adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado (LAKATOS E MARCONI, 2010, p. 169).

Esta pesquisa realizou-se por meio de visitas as comunidades e a realização de entrevistas com roteiros pré-elaborados com ex-trabalhadores da fazenda, moradores que residem nas comunidades do entorno da Fazenda, com professores e pesquisadores da região

do Vale do Jiquiriçá que se dedicam a estudos na temática, funcionários da Fazenda, da Secretaria de Agricultura do Município, bem como moradores antigos do município que conhecem a história da Fazenda.

Tais processos nos levaram a compreender como se deu o processo de apropriação das terras do município de Brejões-Ba, e como essa fazenda especificamente influencia para o conflito pela posse de terras, que por sua vez no município não ocorre de maneira explícita, mas revela-se nas contradições que envolvem o município. Pois, dos 23 municípios que compõe o território de identidade Vale do Jiquiriçá, Brejões é o que possui o maior índice de Gini e não obstante, o perfil socioeconômico local revela a carência da comunidade camponesa por melhores condições de vida e reprodução social.

3. A QUESTÃO AGRÁRIA NA ATUALIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Stedile (2011) afirma que o debate sobre as origens e características da posse, propriedade e uso da terra no Brasil, data da década de 1960, e neste, a questão agrária aparecia a partir da análise da formação econômica no Brasil, deixando de lado toda contradição que existe em sua essência.

E ainda de acordo com Stedile, existem diversas formas de interpretar a questão agrária: na literatura política dá-se ênfase ao fato dela está mais vinculada à concentração da propriedade da terra, na sociologia eles utilizam-se do termo para explicar as relações humanas/sociais e como se dão a organização da produção agrícola, na geografia serve para explicar como que as pessoas vão se apropriando da terra e como que ocorre a ocupação humana e na história para explicar o processo de luta política e de classes para o domínio e posse da terra (STEDILE, 2011, pág.15).

No verbete Questão Agrária, contido no Dicionário da Educação do Campo, enfatiza-se que a origem da expressão Questão Agrária, surge dos primeiros estudiosos a partir do século XVIII e até o século XX, bem como, quanto mais o modo de produção capitalista crescia a propriedade da terra foi cada vez mais se concentrando nas mãos de menores números de proprietários capitalistas, ou seja, foi se concentrando nas mãos dos grandes latifundiários (STEDILE, 2012, pág. 641).

A Questão agrária é um termo utilizado para designar determinada área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer os problemas relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra, porém, durante muito tempo o termo foi utilizado como sinônimo dos problemas agrários e mais reduzidamente quando em determinada área da sociedade a concentração da propriedade da terra impedia o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura (STEDILE, 2012, pág. 641).

Compreendemos que a questão agrária nasce da contradição estrutural do capitalismo que simultaneamente produz a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria no país, e por vezes essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos, sociais e econômicos. De acordo com Fernandes, a questão agrária “sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. E analisá-la apenas sobre esta esfera faz com que se torne uma visão redutiva, pois estes conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado” (FERNANDES, 2004, pág.02).

Iniciada ainda no processo de colonização quando da inserção da propriedade privada e da concentração de grandes porções de terras nas mãos de poucos, a questão agrária no decorrer da história vem se ressignificando e, fortalecendo. Neste sentido, Martins aponta que:

Antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros [...]. O fim do trabalho escravo, a revelação de um novo instrumento de dominação, revelou também a contradição que separava os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse antagonismo, em torno dela passam a girar o confronto e o conflito de fazendeiros e camponeses (MARTINS, 1981, Pág. 63).

Com a evolução do capitalismo da fase mercantil para o capitalismo industrial, acarretou uma crescente concentração da propriedade da terra. E ao concentrar a propriedade da terra e manter os camponeses sem terra e, ou seja, despossuídos de renda esse modelo freia o desenvolvimento do mercado interno e das forças produtivas.

A modernização do campo, por exemplo, reforça de certo modo, a questão agrária. Com o surgimento das agroindústrias, a denominada burguesia agrária ganha destaque e procura cada vez mais modernizar a sua exploração agrícola, aumentar a produção e, conseqüentemente o lucro. Nesse momento, a estrutura da propriedade da terra e a lógica contraditória se repetiam. “Por um lado, havia a multiplicação de pequenas propriedades, pela compra e venda e reprodução das unidades familiares, por outro lado, em vastas regiões, as grandes propriedades capitalistas avançavam e concentravam mais terra, e conseqüentemente mais recursos (STEDILE, 2012, pág. 31).

Apesar das grandes lutas camponesas e da implantação de dois Planos Nacionais de Reforma Agrária o processo de territorialização no Brasil, gerou a concentração de grandes extensões de terras nas mãos de poucos proprietários, ou seja, nas mãos dos latifundiários, situação esta, que aumentou no decorrer dos anos, através de códigos e leis que tratam sobre a propriedade da terra (MARTINS, 1983; GERMANI, 2006).

Neste contexto Stedile (2012) vai dizer que se voltarmos ao passado e analisarmos os períodos de 1930 a 1945, observaremos que estes se caracterizam por um processo de subordinação econômica e politicamente à indústria, no qual o campo brasileiro sofreu grandes mudanças, todavia nenhuma delas voltadas a estrutura das terras (concentração fundiária) e de poder. Os donos de latifúndios por sua vez continuam proprietários das terras, e produzindo para exportação e, alguns ainda se encontram nas esferas do poder político. Para

Albuquerque “a terra se tornou propriedade inviolável, sagrada e absoluta, bem como, o sentimento individualista ao extremo fez com que a função social da terra ficasse em segundo plano” (ALBUQUERQUE, 1987, pág.99).

A trajetória histórica e social de manipulação das bases para o estabelecimento da estrutura e da organização do espaço rural no Brasil, destacou-se principalmente pelas condições históricas e sociais que regularam o acesso à terra, o acesso à terra foi orientado pela apropriação privada das terras livres, processo que teve continuidade ao longo dos anos, garantindo e fortalecendo a concentração da estrutura fundiária como monopólio de classe, enquanto o número de trabalhadores rurais sem-terra continuava a crescer (GERMANI, 2006, Pág. 115).

Neste sentido, o campo brasileiro se encontra diante de um processo de luta para conseguir ter acesso à terra, terras estas que se encontram improdutivas e mantidas como propriedades privadas para bem servir às classes dominantes e por outros grupos, a destacar as comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, pescadores, ribeirinhos, etc.) que lutam para permanecer na terra (GERMANI, 2006). Para Oliveira trata-se também:

De uma luta de desapropriados, que na maioria das vezes, experimentaram a proletarianização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, pois, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas revela muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível hoje, a construção de uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania (OLIVEIRA,2007, pág.139).

No estado da Bahia, o espaço rural apresenta uma diversidade de grupos sociais e, o fato dos camponeses terem sido, historicamente expulsos ou obrigados a conviver com os fazendeiros e grandes latifundiários evidencia uma série de conflitos (GERMANI, 2010).

A luta de classes pela conquista do território se configura como um palco de constantes conflitos, no qual a transformação na estrutura da propriedade da terra se evidencia como uma intervenção na estrutura produtiva do capital e isso faz com que repercuta de forma direta nas relações de poder entre as classes sociais no território (GERMANI, 2010, Pág. 01).

No Vale do Jiquiriçá, Território de Identidade onde está situado o município de Brejões, “esta diversidade manifesta-se na luta pela posse e uso da terra através da

territorialidade dos acampamentos, assentamentos, PCT (Projetos Cédula da Terra) e PCF (Projeto de Crédito Fundiário) ” (LIMA e CALHAU,2012, Pág. 02).

O Vale é caracterizado historicamente pelos altos índices de concentração de terras e baixos indicadores de desenvolvimento econômico e social (LIMA; CALHAU, 2012), a destacar o município de Brejões, que de acordo com os dados do Projeto Geografar (2006) possui um índice de Gini de 0,908 considerado na escala como muito forte a absoluto, sendo este também um dos maiores índices de GINI dos municípios que compõem o Território do Vale do Jiquiriçá e do estado da Bahia.

Na região Norte do município, conforme apresentado na figura 02, esse índice é claramente observado, quando as maiorias das terras se encontram ocupadas por grandes propriedades, a destacar a Fazenda Lagoa do Morro, com cerca de 4,4 mil hectares.

Mais de 75% das terras de Brejões são ocupadas por cerca de 8% das propriedades existentes no município, enquanto isso, os demais 25% das terras são ocupados por mais de 92% das propriedades (minifúndios ou pequenas propriedades) (GEOGRAFAR, 2016). Estas últimas, em sua maioria, tratam-se de pequenos agricultores que se encontra espremidos entre as fazendas.

Desta maneira, pensar o campo baiano e especificamente em Brejões nos remete a alguns questionamentos: O que aconteceram com essas terras? Como a imensidão de terras, tão atrativas aos olhos dos portugueses, nos dias atuais encontra-se concentradas nas mãos de tão poucos. E os camponeses? Representados pelos indígenas naquele período, atualmente encontram-se disputando suas terras com os grandes empreendimentos e/ou encontram-se sem-terra alguma (GERMANI, 2010).

Dáí pensarmos como o modelo de colonização empregou ao nosso território a divisão dos que detém poder e são os donos das terras e, os que não possuem poder nenhum e historicamente foram sendo invisibilizados e excluídos. Nesse sentido os povos do campo têm vivenciado uma luta interminável e histórica pelos seus direitos o que envolve dentre outros, a luta por terra e por condições dignas de sobreviver nela.

Neste contexto, que reforçamos o objetivo desta pesquisa: analisar e compreender a partir da Fazenda Lagoa do Morro, como o processo de formação sócio territorial de Brejões foi consolidando/materializando a questão agrária presente no município e as consequências desse processo.

3.1. QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE BREJÕES – BA

A questão agrária existente no município de Brejões tem origem no processo histórico de ocupação das terras brasileiras e, por vez baianas, desencadeado ainda durante a colonização do país. Baseado num sistema de monocultivo e grandes propriedades de terras, o município se ergueu, tendo a agricultura como principal atividade econômica, a destacar a cafeicultura.

Neste contexto Olalde et al (2009) destacam que o Vale do Jiquiriçá teve suas primeiras ocupações para o desencadeamento do plantio de cana de açúcar, tabaco (ou *fumo* na linguagem popular) e café tendo como base um sistema formado pela mão de obra escrava, monocultivo e grandes extensões de terra.

A busca por alternativas de cunho econômicos se fez necessário para que, desta maneira a colônia expandissem suas ocupações em terras mais adequadas para o plantio de culturas alternativas, a exemplo do fumo e do café. Vale ressaltar que a cultura predominante no Vale do Jiquiriçá durante o período colonial era a plantação de fumo, no entanto na década de 1980, quando terminou o ciclo do fumo naquela região, surge então no Vale o monocultivo do café.

Neste sentido desde a década de 80 o café passa a ser o principal produto comercializado do Vale do Jiquiriçá, cultivado em regimes familiares e patronais, praticado em zonas altas e intermediárias, impulsionado pela construção do caminho de ferro, que por sua vez foi motivada pela necessidade de melhorar o escoamento do próprio café. A cafeicultura foi uma plantação dominada pelos mais favorecidos economicamente que utilizavam também da mão de obra escrava para produzir e fazer o transporte do café para exportação, eles também começaram a investir em fábricas de processamento, construídas em quase todas as cidades do Vale. Porém, nos anos subsequentes o café sofreu com os efeitos das crises econômicas mundiais, com a superprodução e consequente queda do preço, bem como, da diminuição do rendimento, por causa das pragas e doenças, consequentemente estes problemas ocasionaram forte diminuição da produção da economia cafeeira na região. (Quan, Olalde, Oliveira, Germani, Sousa, Santos e Oliveira, 2009, p. 41)

Olalde et al (2009) afirma que em 1930 começa-se então a destruírem os estoques e a consequente proibição de novos plantios de café com intuito de proteger a indústria frente aos efeitos da crise econômica mundial de 1929, crise esta, que proporcionou efeitos de abandono

e fragmentação das fazendas, desencadeando na substituição do café pela pecuária (Olalde et al, 2009, p.41).

Nessa linha de discussão os autores continuam afirmando que o café deixou de ser uma cultura importante da agricultura familiar em função dos problemas com as pragas, bem como, a falta de assistência técnica aos pequenos produtores, passando a ser então produzido pelas grandes fazendas visando por sua vez a comercialização do café.

Percebe-se que o café é um cultivo concentrado em alguns municípios do Vale do Jiquiriçá, a destacar Brejões, Lajedo de Tabocal, Jaguaquara, Itiruçu e Amargosa que juntos representavam aproximadamente 78,7% da área cultivada e 79% do valor arrecadado, mas o grande destaque vai para o município de Brejões que concentrava 37% dessa área cultivada e conseqüentemente o valor arrecadado com a produção, e um exemplo claro que ocorre em Brejões – BA, que é o caso da Fazenda Lagoa do Morro, que já foi considerada uma das maiores produtoras da monocultura de café da região, chegando inclusive a exportar a produção para outros países.

Olalde *et al* (2009) destacam ainda que embora o Vale do Jiquiriçá tenha forte presença da agricultura familiar sendo o número de estabelecimentos consideravelmente grande de 22.418, estes ocupam somente 326.166,81 hectares, ou seja, 30% de toda a área, por outro lado a agricultura patronal com 3.376 estabelecimentos apenas ocupam uma área de 762.792,85 hectares bem superior se formos comparar ao número de estabelecimentos da agricultura familiar (OLALDE, 2009, p. 48). Entre os anos de 1995 e 1996 os valores mencionados acima indicavam a elevada concentração da posse da terra descrita pelo índice de Gini¹ com valor médio de 0,68. Este índice demonstra elevada concentração da posse da terra no território, no qual Ubaíra apresentou índice de 0,818 (apesar da forte presença de pequenos agricultores), enquanto Amargosa teve 0,813 sendo Brejões o município com índice mais elevado dentre os outros municípios que compõem o território do Vale do Jiquiriçá com 0,808.

Nesta linha de raciocínio um dos maiores produtores de café da região e do Estado da Bahia, Brejões “chegou a ter em seu território, no final do século XX, a maior fazenda produtora de café da América Latina” a conhecida fazenda Lagoa do Morro (CATALOGO CASARÕES DO VALE, pag. 35, 2016).

De acordo com Ferreira (1958) a principal atividade econômica do município sempre foi à agricultura, sendo que cerca de 75% das terras locais eram ocupadas pela cafeicultura e

algumas poucas propriedades, enquanto que os demais 25% eram ocupados por centenas de agricultores, que se dedicavam em mínimas porções de terra, ao cultivo de mandioca, fumo, feijão, milho, laranja, cacau, café em menores proporções, etc.

Com o declínio da cafeicultura no final da década de 1990 e início dos anos 2000, a maioria das propriedades passaram a se dedicar a criação do gado de corte, deixando a cafeicultura como segunda atividade. Nesse processo inúmeras terras também se tornaram improdutivas, enquanto que as centenas de famílias camponesas permaneciam tentando “sobreviver” da pequena agricultura, espremidas entre as fazendas.

Uma realidade presente até os dias atuais que, compreendemos enquanto uma das dimensões com que a questão agrária se materializa no município.

3.2 ENTRE CAMPONESES E LATIFUNDIÁRIOS: A MATERIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA EM BREJÕES

O município de Brejões possui de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, uma população de aproximadamente 14. 282 pessoas distribuída numa área territorial de 480,833km². Desse universo, 4.937 pessoas (34,56%) vivem na área urbana, enquanto 9.345 pessoas (65,43%) permanecem no campo (IBGE, 2010). Essa população majoritariamente rural, vive nas comunidades rurais distribuídas pelo município e tem como principal fonte de renda a agricultura familiar.

Conforme já mencionado, a população que reside na área considerada rural em Brejões convive há décadas com uma estrutura fundiária altamente concentrada, cenário que pode ser confirmado quando olhamos os dados do Censo Agropecuário 2006. Este município por muitos foi caracterizado pela forte produção cafeeira o que justifica a existência de diversas fazendas com grande extensão territorial.

Neste sentido, a questão agrária no município de Brejões é caracterizada por grandes extensões de terras nas mãos dos latifundiários, em sua maioria donos de fazendas que antigamente produziam café e, atualmente, se encontram com produções diversificadas ou com grandes áreas dedicadas a pastagem.

De acordo com INCRA (2017), os imóveis rurais podem ser classificados em relação ao tamanho de sua área como: minifúndios, pequenas propriedades, médias propriedades e grandes propriedades e esta classificação encontra-se articulada ao tamanho do módulo fiscal

de cada município. As áreas consideradas como minifúndios, são imóveis rurais com área inferior a 1 módulo fiscal, já as pequenas propriedades são assim classificadas porque este imóvel tem sua área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais. As médias propriedades têm essa denominação por possuírem uma área superior a 4 e até 15 módulos fiscais e, por fim, temos as grandes propriedades que são aquelas com áreas superiores a 15 módulos fiscais.

Neste sentido, ao analisarmos os dados do Grupo de Pesquisa GeografAR, com base no censo agropecuário de 2006, observamos que o município de Brejões -BA possui um módulo fiscal de 35 hectares. Constata-se também que 308 estabelecimentos (45,03 %) estão no grupo de área com até 2 hectares e ocupam apenas 277 hectares (0,75%) da área total. É importante destacar que no município de Brejões, a fração mínima da propriedade é de 2 hectares, no entanto há várias propriedades com extensão territorial inferior a esse quantitativo.

Tabela 01. Distribuição das propriedades rurais no município de Brejões – BA.

Brejões - BA		2006	MF ¹ : 35ha	FMP ² : 2ha	IG ³ : 0,908
Grupo de Área	Estabelecimento(Qt)	Área(ha)	Estabelecimento(%)	Área(%)	
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	0,00	0,00	
De 0,1 a menos de 0,2 ha	1	X	0,15	X	
De 0,2 a menos de 0,5 ha	86	33	12,57	0,09	
De 0,5 a menos de 1 ha	112	89	16,37	0,26	
De 1 a menos de 2 ha	109	155	15,94	0,44	
De 2 a menos de 3 ha	65	152	9,50	0,44	
De 3 a menos de 4 ha	43	142	6,29	0,41	
De 4 a menos de 5 ha	32	136	4,68	0,39	
De 5 a menos de 10 ha	56	371	8,19	1,06	
De 10 a menos de 20 ha	52	741	7,60	2,12	
De 20 a menos de 50 ha	51	1.557	7,46	4,46	
De 50 a menos de 100 ha	24	1.579	3,51	4,52	
De 100 a menos de 200 ha	16	2.025	2,19	5,80	
De 200 a menos de 500 ha	18	5.687	2,63	16,29	
De 500 a menos de 1000 ha	9	5.518	1,32	15,81	
De 1000 a menos de 2500 ha	8	12.471	1,17	35,73	
De 2500 ha e mais	1	X	0,15	X	
Produtor sem área	2	X	0,29	X	
Total	684	34.901	100,00	100,00	

1 - Módulo Fiscal; 2 - Fração Mínima de Propriedade; 3 - Índice de Gini

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006, Bahia www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR

Fonte: GEOGRAFAR, 2017.

Outro ponto de destaque na tabela é o quantitativo de propriedades existentes por classe de tamanho (minifúndio, pequena, média e grande propriedade). Observa-se que 199 estabelecimentos, classificados como minifúndios representam 36,09% do total cadastrado no município e ocupam uma área de 122 hectares, o que representa 0,35% da área total.

Já os estabelecimentos considerados enquanto pequenas propriedades totalizam 217 e representam 31,73% dos estabelecimentos cadastrados no município. Estes ocupam uma área

de 449 hectares o que representa 1,29% da área total. As médias propriedades totalizam 140 unidades, representam 20,47% dos estabelecimentos cadastrados no município e ocupam uma área de 1.248 hectares, o que representa 3,57% da área total.

No outro extremo, encontram-se as grandes propriedades. Trata-se de 126 estabelecimentos que representam 18,43% do total existente e ocupam uma área de 28.837 hectares, o que representa 82,61% da área total do município. Sem contar que, existe 1 estabelecimento com área superior a 2.500 ha sobre a qual não se sabe a extensão. O cenário apresentado nos leva a constatar que apenas 126 estabelecimentos do município de Brejões detêm mais de 80% da área total do município, enquanto que mais de 556 ocupam os demais percentuais, com exceção das áreas consideradas enquanto terras públicas e/ou destinadas a outros fins que não seja propriedade rural. Tal fato, de certa forma explica o índice de Gini municipal, calculado no ano de 2006 em 0,908, considerado um dos maiores índices do Território de Identidade do Vele do Jiquiriçá.

Ao analisar a tabela 02 que demonstra a evolução deste índice entre os anos de 1940 a 2006, fica evidente o quanto o mesmo tem crescido no decorrer das últimas décadas, com destaque entre as décadas de 1950 e 1960. No ano de 1950, o índice de Gini municipal era de 0,604 e no ano de 1960 tal quantitativo aumentou para 0,858. Tal fato, de acordo com historiadores locais e agricultores mais antigos, advêm do momento de auge da produção cafeeira local, no qual, muitos fazendeiros aumentaram suas propriedades para expandir o cultivo do produto. Segundo ainda os entrevistados, inúmeras pequenas propriedades foram vendidas e incorporadas às fazendas, demonstrando que as terras de Brejões foram se concentrando cada vez mais nas mãos de poucos, ou seja, grandes extensões de terras foram se acumulando nas mãos dos grandes fazendeiros que existiam no município.

Tabela 02. Evolução do Índice de Gini no município de Brejões – BA.

<i>Ano</i>	<i>Índice de Gini</i>
1940	0,604
1950	0,604
1960	0,858
1970	0,801
1975	0,809
1980	0,845
1985	0,849
1996	0,888
2006	0,908

Fonte: GEOGRAFAR, 2017.

De acordo com o relato de alguns moradores do município de Brejões/BA e região, na época em que houve a redução do índice de Gini estavam ocorrendo à desapropriação de diversas fazendas da região para a área de reforma agrária, e por esta razão muitos proprietários de fazendas começaram a fazer o desmembramento das fazendas em nomes de oito ou mais pessoas da família, pois quando realizasse o cadastro ao invés de constar um único dono haveriam vários, cada um com um pedaço de terra, este foi um dos fatos que justificam a redução do índice de Gini na década de 50 e também na década de 80.

Nota-se que do ano de 1940 a 2006 houve um crescimento considerável na concentração de terras do município, e embora estes dados estejam claros não há no município casos explícitos de conflitos por terra, e por esta razão houve a necessidade de realizar este estudo sobre como se deu a formação territorial de Brejões, uma vez que há tanta terra nas mãos de poucos, enquanto que os pequenos produtores se encontram com praticamente terra nenhuma.

Enquanto que os poucos e grandes latifundiários encontram-se possuindo cerca de 80% das terras do município destinadas a produção agrícola e, principalmente a pastagem, milhares de famílias camponesas, de agricultores familiares encontram-se espremidos entre as grandes propriedades, sem infraestrutura básica e sem políticas públicas de incentivo à produção. Destaca-se ainda, aqueles que não possuem terra alguma e residem de favor ou a trabalho nas grandes propriedades.

Com base nos relatos das entrevistas, é possível perceber ainda que o índice de Gini do município de Brejões tende a aumentar, pois a concentração de terras nas mãos de poucos dá sinais de que aumentará, pois, o PIB do município está crescendo, ou seja, quem ganhava mais nas décadas de 40 até 80 hoje em dia seus salários quase que triplicaram.

Esta pesquisa demonstra a desigualdade territorial em que se encontram os pequenos produtores do município de Brejões-BA, os dados expostos só comprovam que a distribuição de terras foi e ainda continua sendo realizada de maneira injusta, no qual cada vez mais os agricultores familiares se encontram com quantidades insignificantes de terras para produzirem e que mal dá para garantir o seu próprio consumo, e os grandes proprietários encontram-se com a maioria das terras do município, produzindo cada vez menos ou não produzindo nada, pois o que se vê no município de Brejões são grandes extensões de terras sendo utilizadas com extensas plantações de capim para a criação de gado de corte.

Isso sem falar das outras propriedades que se encontram improdutivas e não possuem nenhuma plantação. Tais propriedades poderiam está sendo utilizadas pelos pequenos produtores, mas seguem há décadas como espaços vazios, abandonados e sem uso algum.

É importante ressaltar que embora alguns entrevistados tenham dito que a relação dos pequenos agricultores com a fazenda Lagoa do Morro fosse à base da política da boa vizinhança, sabe-se que de certa forma isso não é verdade, pois a relação que os donos e administradores da fazenda mantinham com os pequenos agricultores era justamente o da exploração da força de trabalho, cujas pessoas que prestavam serviço a fazenda e recebiam quinzenalmente por sua produção. Ressalta-se aí que o valor pago era significativamente inferior ao que realmente deveria ser recebido pelos trabalhadores.

Faz-se necessário enfatizar também que sendo a fazenda Lagoa do Morro um dos maiores latifúndios que existem no município, logo não há como haver uma relação de amistosidade entre ela e os seus vizinhos que são os pequenos agricultores, que na sua maioria suas pequenas propriedades fazem divisa com as grandes porções de terras desta fazenda.

Até os dias atuais, nunca fora relatado a ocorrência de confrontos explícitos por terras entre os pequenos agricultores do município de Brejões com a fazenda Lagoa do Morro, mas sabe-se que esses conflitos por terra ocorrem sim no município, uma vez que uma pequena parcela da população Brejoense concentra o maior percentual de terras, enquanto que a grande maioria encontra-se com um mínimo percentual ou sem-terra, e por esta razão leva-se a compreender a conflituosidade que envolve a questão agrária local ocorrer de forma silenciosa.

De acordo com os entrevistados há no município de Brejões/BA 1.200 estabelecimentos advindos da Agricultura familiar. E segundo os mesmos, estes agricultores familiares produzem na sua maioria hortaliças, alguns poucos desenvolvem o cultivo do café, maracujá e mandioca.

Os entrevistados relataram ainda que estes pequenos agricultores vivem em situação de precariedade e a situação não é ainda mais agravante por causa da presença, mesmo que ainda incipiente de algumas políticas públicas. De acordo com as entrevistas foi possível observar que alguns agricultores familiares recebem benefícios sociais a exemplo da Garantia safra, o Agro amigo, o PAA e o PNAE, e estes benefícios tem ajudado os pequenos agricultores a manter suas plantações e a recuperar o dinheiro investido nas lavouras.

As políticas públicas existentes voltadas para a produção são os tratores Agrícolas, Assistência Técnica, e também o apoio do Agro amigo.

Além destas não há políticas específicas de educação, saneamento básico, saúde, etc. Essa falta de políticas públicas voltadas para o homem do campo está fazendo com que os jovens saiam cada vez mais cedo para os grandes centros urbanos em busca de “melhores condições de vida”, pois no campo eles se encontram sem condições dignas de trabalho e moradia e na maioria das vezes, espremidos pelos grandes fazendeiros e sem incentivos para permanecer nas suas comunidades.

Tais fatos têm ocasionado o esvaziamento de algumas áreas rurais do município de Brejões, os filhos dos pequenos agricultores estão cada vez mais saindo de suas comunidades de origem para os grandes centros urbanos em busca de emprego, estudo e melhores condições de moradia. No entanto, ao chegar nesses grandes centros o destino tem sido a ocupação de áreas de favela e, quando conseguem trabalho recebem salários que não abrange o mínimo necessário à sua sobrevivência.

Cabe destacar ainda que a infraestrutura das comunidades onde se encontram os agricultores familiares é bastante precária, não possuem escolas obrigando os seus filhos a se deslocarem para as escolas da sede e assim poderem estudar.

De acordo com os entrevistados a maioria das propriedades tem energia elétrica. No que tange o abastecimento de água, apesar de ter encanamento em alguns lugares, nem sempre há fornecimento e um dos meios utilizados para o acesso a água nas residências é através dos caminhões pipas que aparecem mensalmente. Os entrevistados ressaltaram ainda que cerca de 90% destas propriedades rurais possuem cisternas, para armazenagem de água para o consumo.

No que se refere ao destino da produção dos pequenos agricultores, os entrevistados destacaram que a maioria dos produtos são vendidos na feira livre e também para os atravessadores ou são repassados para os programas de merenda escolar o PAA e o PNAE. O transporte desses produtos é realizado com transporte particular e em alguns casos pelos carros da prefeitura.

Destacam ainda que a propriedade de terras dos pequenos agricultores varia entre posse e propriedade particular, sendo em sua maioria espaços considerados enquanto minifúndios. Desde o declínio da cafeicultura existem poucos agricultores morando dentro

das fazendas, algumas destas (improdutivas) estão sendo loteadas em áreas menores e vendidas para os pequenos agricultores que desejam aumentar sua área da agricultura familiar.

Neste sentido é importante destacar que ao analisar o mapa confeccionado pelos próprios moradores do município (figura 02) observamos que a maioria das comunidades rurais se encontra espremidas pelas grandes fazendas de Brejões/BA. São nestas fazendas onde se encontram os agricultores familiares do município.

O que se percebe ao fazer a análise do mapa, é que estes agricultores não possuem quase terra nenhuma para realizar suas plantações e assim obter a renda para o sustento de suas famílias. É possível observar ainda que, a maioria destas fazendas que estão em volta das comunidades e dos pequenos agricultores são a maioria criadores de bovinos, ou seja, essas se encontram improdutivas, utilizadas como área de pasto. Pouquíssimas ainda mantêm o cultivo do café e/ou outros produtos.

Nesse contexto que destacamos a Fazenda Lagoa do Morro, histórica da consolidação de Brejões e da região do circuito produtivo do café, mas que hoje possui a maioria de suas terras utilizadas para o pasto e a criação de bovinos. Considerada uma das maiores fazendas do município, esta possui em sua história as características que marcam e reafirmam a presença da questão agrária no local.

4. A FAZENDA LAGOA DO MORRO: UM RETRATO DA MATERIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA PRESENTE NO MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA

A Fazenda Lagoa do Morro foi implantada no município de Brejões/BA, por volta do ano de 1930 com um Grupo denominado Espírito Santo e o auge de sua produção ocorreu por volta do ano de 1960. Localizada as margens da estrada de chão que liga o município de Brejões ao povoado do Km 100, a fazenda foi por muitos anos fonte de renda para várias famílias da região e também de regiões circunvizinhas, possuindo, portanto, em seu histórico o papel de uma das maiores produtoras de café do município e do Estado da Bahia.

É importante destacar que o café produzido no município de Brejões na década de 1930 chegou a ganhar uma medalha no exterior, mais precisamente em Berlim como melhor café despulpado. No entanto, mesmo sendo premiado foi somente em 1975 que ocorreu a erradicação da produção cafeeira no município por meio Instituto Brasileiro do Café (IBC) que veio para investir em novas áreas de produção de café. Na Fazenda Lagoa do Morro foram plantados 2500 hectares de café, ou seja, 7.000.000 covas de café que renderam milhares de sacas e novos investimentos na produção.

Com uma estrutura de 4,4 mil hectares, composta por casas, galpões, escritórios, depósitos, clube de festas, estruturas de secagem do café, etc. a fazenda tinha, entre as décadas de 1940 e 1970, um cultivo de 6 milhões de pés de café e colhidos 90 mil sacas por ano, o que atraía a vinda de inúmeros trabalhadores das regiões circunvizinhas na época de colheita.

A produção de café da fazenda Lagoa do Morro denominado como bebida fina era destinado para a exportação, e o café considerado por eles como comum, e que por vezes não servia para exportar era vendido para outros setores de compra de produção cafeeira. Ressalta-se que, nesta época, a fazenda também possuía uma vasta área para a criação de gado e, outras menores, voltadas ao cultivo de abacaxi, laranja, etc.

Um dos procedimentos adotados para a construção desse capítulo foi a realização de entrevistas abertas com moradores antigos da região. Dentre os entrevistados destacamos um dos moradores mais antigos do município de Brejões e que por sua vez foi morador da Fazenda Lagoa do Morro entre as décadas de 1940 a 1970.

De acordo com o entrevistado a vinda para o município de Brejões ocorreu quando o mesmo tinha 16 anos, na década de 1940. Oriundo do município de Ubaíra, o objetivo da

mudança era a perspectiva de trabalho e residência na fazenda Lagoa do Morro. A princípio o trabalho como agricultor na lavoura do café, posteriormente como eletricitista, ajudante de mecânico e tratorista, e por fim como administrador do armazém da fazenda, onde era armazenada e beneficiada a produção cafeeira. Nessa época a fazenda pertencia à firma Correia Ribeiro, cujos proprietários eram oriundos aqui de Brejões e de Salvador.

Enfatizou que a área conhecida como Lagoa do Morro foi obtida como posse pelo Bandeirante Manoel Rovisco, por volta de 1808, durante o Brasil Império e desde que chegou a Brejões e passou a trabalhar na fazenda, a mesma pertenceu a diversos proprietários e inclusive a empresas.

Após um longo período da fazenda pertencendo ao grupo Correia Ribeiro ela passou a ser propriedade de um dos filhos do dono da firma o senhor Carlos Correia Ribeiro. Anos depois a fazenda foi vendida para o senhor Fernando Barros, e passa a ser chamada de fazenda Bendengó. De Fernando Barros passou a ser propriedade de Valter Falcão e depois dos denominados Angolanos. Na atualidade, a fazenda pertence a proprietários de outras regiões.

Segundo ainda o entrevistado, os donos da fazenda eram conhecidos como “reis do café”. “Quando trabalhava no setor de beneficiamento do café recebia por dia de 10 a 20 caminhões cheios de café. Da mesma forma, ele também despachava de 15 a 20 caminhões por dia, e para isso necessitava da força de trabalho de 40 homens na usina. Parte de sua produção era exportada, e a outra parte denominada como café comum que não servia para exportar era vendida para um órgão chamado de Instituto Brasileiro do Café (IBC) ” (Depoimento Entrevistado – Pesquisa de Campo, 2018). Destaca que além do café que produziam na fazenda, alguns donos ainda compravam café em toda a região do Vale do Jiquiriçá.

O IBC foi criado ainda no governo Vargas (1951-1954) através da Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952 para executar toda a política econômica da produção cafeeira do país tanto em âmbito nacional quanto internacional. Suas atribuições eram: a promoção de pesquisas e experimentações no campo da agronomia e da tecnologia do café, a fim de baratear seu custo e aumentar a produção por cafeeiro; a radicação do cafeeiro em zonas ecológica e economicamente mais favoráveis à produção; a defesa de um preço justo para o produtor, condicionado à concorrência da produção alienígena e dos artigos congêneres; e a realização de pesquisas e estudos econômicos para um melhor conhecimento dos mercados

consumidores de café e de seus sucedâneos, objetivando a regularidade das vendas e a conquista de novos mercados(<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-do-cafe-ibc>, pág. 02).

Durante as entrevistas e demais pesquisas de campo realizadas (ida a órgãos públicos, diálogo com pesquisadores da região, historiadores, etc.) foi possível observar a importância da fazenda, na época, para o município de Brejões.

Segundo ainda os entrevistados o auge da produção cafeeira na Fazenda Lagoa do Morro tenha acontecido entre as décadas de 70 e 90 do século XX, onde cerca de mais de mil sacas de café eram colhidas por dia, e isso se dava porque não existia café na região, o café que existia aqui era dentro dos boqueirões, e de variedade nacional, por esta razão os proprietários foram expandindo as plantações.

Entre os anos 1975 a 1976 a Fazenda tinha o nome de Magma Agropecuária S/A e possuía cerca de 120 funcionários efetivos. Sua estrutura contava com uma escola (na sede) que atendia os alunos de primeiro grau (alfabetização, e de 1ª a 4ª series) e uma creche que atendia as crianças menores de 5 anos para que suas mães também trabalhassem na colheita do café.

Durante a década de 1980 a produção totalizava cerca de 80.000 sacas de café por ano. A colheita durava cerca de 6 a 7 meses, e durante esse período eram contratadas aproximadamente 5.600 pessoas. Segundo ainda os entrevistados a finalidade da fazenda era produzir café fino que fosse digno para exportação, e com isso exportava-se para vários países, a exemplo da Espanha, da Líbia, Arábia, dentre outros. Neste sentido, no período da colheita eram trazidas pessoas de praticamente todo o Vale do Jiquiriçá.

Destacam também que o grande marco da Fazenda foi a produção cafeeira, contudo, também existia na mesma, a pecuária e outras produções em menor escala. No que se refere ao escoamento dos produtos, em sua maioria era levado de caminhão até a cidade de Santa Inês e de lá o transportavam nos trens cargueiros pela estrada de ferro.

Uma questão que merece destaque na produção da fazenda refere-se às relações de trabalho e com as comunidades circunvizinhas. De acordo com os entrevistados na década de 1930 não havia estradas vicinais para veículos automotivos, haviam sim estradas trafegadas por animais, inclusive o transporte do café das localidades da fazenda para a usina era realizado com o auxílio de animais, e com isso ressalta a importância da fazenda para a abertura da estrada que liga Brejões ao Km 100.

Se de um lado, a fazenda trouxe desenvolvimento a região e a criação de infraestrutura em sua época de auge, por outro intensificou ainda mais a concentração de terras no município e a desigualdade frente os pequenos produtores que se viam em mínimas porções de terra e na dependência da comercialização com os atravessadores. A área que consiste a fazenda na atualidade é fruto de diversos processos de expansão e compra/posse de áreas circunvizinhas, antigamente habitadas por famílias camponesas.

No entorno da fazenda encontram-se inúmeras pequenas propriedades, a destacar: Dr. Renato, Salvim Magalhães, a senhora Florzina, Ozório, Zé Nilton, a senhora Bia, o senhor Jaime, o senhor Dino, Dr. Vicente, o senhor Almir, a senhora Janete, o senhor Gildásio Nascimento. Destacam-se ainda as fazendas, Sagarana, Bonina, Coordenação, ressaltando ainda a fazenda Gato Preto, a fazenda do senhor Olival, a fazenda do senhor Pedro Antônio, neste meio encontra também a pequena propriedade do senhor Val mais conhecido na região como Mergulhão, a fazenda de Cicero, a fazenda do senhor Valtinho, a propriedade do senhor Val de Jeuzuel, a fazenda do senhor Eduardo José, a propriedade do senhor João Lima, a fazenda do senhor Iulinio e pôr fim a fazenda do senhor João Marciano. A maioria das propriedades mencionadas faz divisa com a fazenda Lagoa do Morro.

Cabe destacar, de acordo com as entrevistas realizadas com alguns dos moradores citados acima que, não há nessa época relatos de conflitos explícitos, no entanto, conforme nos aponta Bernardo Mançano trata-se de uma situação de intensas conflituosidades, onde as comunidades se veem espremidas entre as fazendas existentes na região, a destacar a Fazenda Lagoa do Morro e sem perspectivas de desenvolvimento e/ou melhoras nas condições de vida e sobrevivência.

E apesar de não haver relatos de tombamentos ou “invasões” de Brejões, observa-se pela maneira como as terras foram sendo ocupadas pelos latifundiários e pelas relações entre trabalhadores e fazendeiros, fortes indícios que nos levam a reafirmar a existência da questão agrária no município.

Ainda sobre o processo histórico da Fazenda, ressaltamos que o auge da produção cafeeira em Brejões e mais especificamente na Fazenda Lagoa do Morro perdurou até o início da década de 1990, quando se inicia um período caracterizado pela escassez de chuvas, redução no percentual de comercialização e maior fiscalização nas relações de trabalho nas fazendas da região que por vez, contribuiu para o declínio da cafeicultura, sinalizado temporalmente pelos entrevistados no final da década de 1990.

A partir do ano de 1985 ocorreu um período de estiagem, o que provocou a queda na produção de café da fazenda, em vista deste problema a Fazenda começou a zonestar as áreas de café de acordo com as precipitações da produção.

Com o período de estiagem e com áreas erradicadas de café para criação bovina a queda na produção de café se intensificou. De acordo com os entrevistados, uma das soluções encontradas pela fazenda Lagoa do Morro para superar a crise foi a realização de projetos que visavam produções alternativas, a destacar a implantação da fruticultura irrigada com a produção de mamão, pinha, acerola e graviola, mas como a água da Fazenda tinha em sua composição muito sódio este projeto não foi adiante. Além desse projeto outros foram desenvolvidos, porém sem êxito comparado a antiga produção cafeeira.

Além das questões climáticas, a redução do mercado consumidor, os entrevistados vinculam a este declínio as questões trabalhistas, pois, na época era comum a ocorrência de diversos acidentes envolvendo trabalhadores de outros municípios que se deslocavam para a panha do café, muitas vezes, em cima de caminhões, e depois destes ocorridos com vítimas, o ministério do trabalho começou a fiscalizar com bastante ênfase e cobrando o cumprimento de normas de transporte e outras questões que envolviam a produção nas fazendas de café.

Com isso, a produção que era basicamente do café foi reduzida dando espaço a outras produções variadas e, principalmente a pecuária, com grandes áreas de pasto.

Os atuais donos (desde o ano de 2007) ainda realizaram inúmeras tentativas de manter a produção do café, mas a oscilação gerou perdas financeiras significativas e o desânimo para novos investimentos.

No ano de 2007 a Fazenda Lagoa do Morro tinha apenas 1300 ha de lavoura cafeeira e cerca de 300 ha já se encontrava em extrativismo, ou seja, eram lavouras abandonadas, que já não eram nem adubadas e que não eram cuidadas, e se eventualmente produzissem grãos era então retirado. Nos anos de 2009 e 2010 essa produção caiu de 29500 sacas para apenas 10000 mil sacas de café. E a partir de 2011 houve então uma queda ainda mais significativa, que de acordo com os entrevistados foi um dos fatores que levou a fazenda a se desanimar com o cultivo do café. Desde então a Fazenda vinha preservando uma área de produção de 600 ha de café sendo que no ano de 2017 gerou uma produção de apenas 12.000 mil sacas.

Após inúmeras frustrações com a lavoura cafeeira e as drásticas quedas na produção os atuais proprietários decidiram extinguir a monocultura do café e fomentar a pastagem para criação de bovinos, iniciada ainda na década de 1990.

Sobre isso, os entrevistados enfatizaram que foi no início da década de 1990 a implantação da criação de bovinos, chegando aos anos 2000 a mais de 2000 mil cabeças de gado distribuídos em mais de 2 mil hectares da fazenda. Citam ainda que além do café a Fazenda também chegou a produzir maracujá, mas o lucro adquirido pela fazenda com o produto era pouco e o gasto era muito, então optaram por acabar com o cultivo. “O gado foi colocado nas áreas onde o café foi erradicado, realizando a plantação de pastagem, foram também aproveitados os boqueirões que estavam ociosos enfim, foram plantados 2000 hectares de pastagem, e assim ficou 2000 hectares de café e 2000 hectares de pastagem” (Depoimento ex-trabalhador da fazenda – Pesquisa de Campo, 2018).

As pesquisas realizadas nos levaram a observar que por muitos anos a fazenda serviu como fonte de renda para inúmeras famílias do município, bem como, de municípios vizinhos, sendo responsável pelo desenvolvimento da renda do município de Brejões e também para o Km 100.

A Fazenda Lagoa do Morro durante o período de auge do café foi referência para as demais fazendas produtoras de café da região, porém com o declínio da produção cafeeira da Fazenda Lagoa do Morro, as outras grandes fazendas também produtoras de café tiveram declínio em sua produção e com isso foram abandonadas, levando as pessoas que trabalhavam nestas fazendas a se tornarem agricultores familiares.

No que se refere relação com as comunidades e os agricultores familiares circunvizinhos destaca-se que quando os pequenos agricultores estavam com excesso de café em suas propriedades, eles vendiam sua produção para fazenda Lagoa do Morro, porém a valores significativamente inferiores do real.

Não há de acordo com os entrevistados, relatos de conflitos. No entanto alguns moradores relatam situações onde eram proibidos de passar na área da fazenda em direção suas comunidades (trajeto mais rápido), a pressão em comprar as pequenas produções, o trabalho assalariado mal pago, as pressões para expansão da fazenda e compra de terras circunvizinhas, etc. “Os donos da fazenda sempre fizeram política de boa vizinhança e com isso iam enrolando as comunidades para que continuassem suas produções sem mais problemas” (Depoimento agricultor - Pesquisa de Campo, 2018). A figura 03 localizada abaixo, está mostrando a área administrativa da fazenda quando tudo iniciou.

Figura 03: Área administrativa da fazenda Lagoa do Morro



Fonte: Arquivo da fazenda Lagoa do Morro, 2018.

É neste contexto que pontuaremos a seguir alguns aspectos que caracterizam a Fazenda Lagoa do Morro nos dias atuais, destacando sua produção, relações de trabalho, área territorial e implicação na dinâmica social, territorial e econômica do município.

4.1 A FAZENDA HOJE

A Fazenda Lagoa do Morro, conforme já pontuado, possui atualmente a maioria de suas terras voltadas à criação do gado de corte e, algumas pequenas áreas com a lavoura cafeeira. Internamente a fazenda possui algumas subdivisões, denominada pelos donos e administradores de localidades, a destacar: o Grama, a Tiririca, o Junco, a Boca da Mata, Composto, Sudoeste, Miragem, Miraginha, Rocha e o Buraco de Benedito, nome este que foi dado em homenagem a um dos seus trabalhadores mais antigos, que segundo algumas conversas informais fora praticamente um dos fundadores da fazenda.

Essas localidades funcionam como subdivisões da propriedade dentro da própria fazenda, pois por possuir 4,4 hectares em extensão territorial, os donos da fazenda junto com a gerência entenderam que era preciso nomear alguns locais dentro da fazenda para assim facilitar a identificação de onde os trabalhadores estavam catando o café, bem como, anos depois quando iniciou a criação de bovinos, localizar onde se encontravam o gado. Por esta razão, foi necessário que algumas extensões da fazenda Lagoa Morro fossem identificadas com os nomes citados acima.

Quando a fazenda ainda era grande produtora de café conforme nos mostra a figura 04, estas localidades tinham a função de facilitar o trabalho dos tratoristas na hora de identificar onde estavam os sacos de café colhidos, para que no fim da tarde os mesmos pudessem fazer o recolhimento do produto e levá-los até a sede da fazenda. Atualmente a funcionalidade destas localidades é para os mesmos fins, só que ao invés de ser para buscar o café colhido no fim da tarde, hoje as mesmas funcionam para facilitar o trabalho dos vaqueiros, na hora de localizar algum animal machucado, doente ou falecido, bem como, no momento de transportar este gado para o abate.

Figura 04: Lavoura de café da fazenda Lagoa do Morro.



Fonte: Arquivo da fazenda Lagoa do Morro, 2018.

As figuras 05 e 06 mostram o início da criação bovina da fazenda Lagoa do Morro.

Figura 05: Início da Criação bovina na fazenda Lagoa do Morro



Fonte: Arquivo da fazenda Lagoa do Morro, 2018.

Figura 06: Início da Criação bovina na fazenda Lagoa do Morro



Fonte: Arquivo da fazenda Lagoa do Morro, 2018.

Atualmente encontram-se residindo na sede da fazenda pouquíssimos trabalhadores fixos, em sua maioria oriunda das comunidades vizinhas a exemplo da Lagoa da Roça, Pau Ferro, e Km 100. Os demais vão para fazenda pela manhã e retornam no fim da tarde, alguns com auxílio do transporte e outros em transporte particular (bicicletas, motos, etc.). A maior variação de trabalhadores ocorre na época de produção dos poucos hectares de café, que pode variar de 20 a 200 trabalhadores por safra.

No que tange a produção, atualmente na fazenda Lagoa do Morro possui cerca de 600 hectares de plantação de café e a pecuária vem sendo cada dia mais incrementada. Destaca-se que um dos sócios tem ensaiado a implantação de novas culturas, que não seja o café, nem a pastagem, mas cultivos que lhes sejam economicamente viáveis e vantajosos para os mesmos. De acordo com os entrevistados, a fazenda se encontra num momento em que a pecuária está se sobressaindo, no entanto não é aquela pecuária que necessite de muita mão de obra, e por isso o quadro de trabalhadores que vende sua força de trabalho para a fazenda vem diminuindo gradativamente. A maioria dos trabalhadores atua na condição de vaqueiros, no manejo dos bovinos. Logo abaixo a figura 07 mostra a criação de bovinos para melhoramento genético.

Quando questionados para onde é comercializada a criação bovina da fazenda, os entrevistados responderam que os bovinos de corte são vendidos para os açougues dos municípios de Brejões, Jaguaquara e recentemente para Jequié. A criação bovina da fazenda se divide em gado de corte e o bovino de genética que são utilizados para realização de melhoramento genético, estes por sua vez são comercializados para outros lugares, a exemplo de Feira de Santana, Salvador e etc.

Figura 07: Bovinos de melhoramento genético.



Fonte: Arquivo da fazenda Lagoa do Morro, 2018.

A área territorial permanece a mesma de antigamente, mas há relatos do desejo dos atuais donos de expandir a área caso alguma nova produção venha a ser desenvolvida com êxito. A única mudança que ocorreu de quando compraram a fazenda para os dias atuais, foi a

substituição de um considerável número em hectares da lavoura cafeeira que se encontravam abandonados por áreas de pastagem. A figura 08 retrata a vasta extensão de terras que a fazenda possui até os dias atuais.

Figura 08: Extensão territorial da Fazenda Lagoa do Morro.



Fonte: Arquivo da Fazenda Lagoa do Morro, 2018.

4.2 QUESTÃO AGRÁRIA E TERRITÓRIO CAMPONÊS EM BREJÕES: UM HISTÓRICO DE CONTRADIÇÕES E NEGAÇÃO DE DIREITOS

Ao analisar a questão agrária existente no município de Brejões a partir da fazenda Lagoa do Morro é possível perceber que a história da fazenda reflete a própria dinâmica, por vez desigual e contraditória, que envolve a formação sócio territorial local. É neste contexto, que também vamos percebendo como que a distribuição de terras em Brejões foi se efetivando, mediante um histórico de contradição e negação de direitos aos pequenos agricultores, que como fora abordado ao longo do trabalho encontra-se com pouquíssimas terras ou até mesmo sem terra alguma.

Os dados adquiridos na pesquisa demonstraram a desigualdade territorial em que se encontram os pequenos produtores do município e comprovam que a distribuição de terras foi e ainda continua sendo realizada de maneira injusta. Os agricultores familiares se encontram com quantidades insignificantes de terras para produzirem (comprometendo sua própria

existência), enquanto que os grandes fazendeiros se encontram com a maioria das terras do município, produzindo cada vez menos ou não produzindo nada, pois o que se vê no local são grandes extensões de terras sendo utilizadas com extensas plantações de capim para a criação de gado de corte ou até mesmo grandes extensões de terras que são inutilizadas.

Nesse contexto que destacamos a Fazenda Lagoa do Morro como histórica no processo de consolidação de Brejões e da região do circuito produtivo do café. Considerada uma das maiores fazendas do município e possuindo em sua história as características que marcam e reafirmam a presença da questão agrária no local, esta fazenda (uma entre as tantas fazendas existentes no município de Brejões) foi uma das grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico do município e também proporcionou a criação de infraestrutura local em sua época de auge (estradas, ferrovias, criação de novos povoados, etc.).

Por outro lado, a mesma fazenda consiste num dos espaços que materializam historicamente a concentração de terras no município e a desigualdade frente os pequenos produtores que se viam em mínimas porções de terra e na dependência da comercialização com os atravessadores.

A Fazenda Lagoa do Morro reflete uma realidade que se repete na maioria das fazendas locais: ocupação de vastas extensões de terra utilizadas e não utilizadas e pouquíssima mão de obra ocupada. No outro lado, conforme citado encontram-se as centenas de famílias camponesas, impossibilitadas de expandir suas terras e espremidas entre as grandes fazendas.

Tal fato, somado a falta de políticas públicas de incentivo a permanência das famílias camponesas em Brejões, tem sido um dos principais motivos do êxodo rural existente no município. A falta de perspectiva de vida do homem do campo, o desestímulo ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, foram questões apontadas pela maioria das famílias camponesas entrevistadas durante a pesquisa.

Outro aspecto observado na pesquisa é que não há nas comunidades, políticas específicas de educação, saneamento básico, saúde, etc. Essa falta de políticas públicas voltadas para o homem e mulher do campo está fazendo com que os jovens saiam cada vez mais cedo para os grandes centros urbanos em busca de “melhores condições de vida”, pois no campo eles se encontram sem condições dignas de trabalho e moradia e na maioria das vezes, espremidos pelos grandes fazendeiros e sem incentivos para desenvolver suas atividades.

A consequência deste processo de negação de direitos básicos para a sobrevivência e permanência do homem e da mulher do campo é o esvaziamento de algumas áreas rurais do município de Brejões, os filhos dos pequenos agricultores estão saindo de suas comunidades de origem para os grandes centros urbanos em busca de emprego, estudo e melhores condições de moradia. No entanto, ao chegar nesses grandes centros o destino tem sido a ocupação de áreas de favela e, quando conseguem trabalho recebem salários que não abrange o mínimo necessário à sua sobrevivência.

De acordo com os entrevistados, as situações mencionadas decorrem do fato das terras do município de Brejões encontrarem-se nas mãos dos grandes fazendeiros, impossibilitando que os pequenos agricultores, bem como, os seus filhos residam e tenham condições mínimas para desenvolver suas atividades.

Neste sentido, a questão agrária no município de Brejões é caracterizada por grandes extensões de terras nas mãos dos latifundiários, diversos processos de expansão e compra/posse de áreas ocupadas pelos pequenos agricultores, falta de políticas públicas aos pequenos agricultores, falta de infraestrutura nas comunidades camponesas, etc.

O que se observa é que embora existam conflitos “implícitos” de terra no município de Brejões-BA, o tema Questão Agrária não é percebido e nem discutido pelos moradores, em especial os pequenos agricultores. De acordo com Germani (2006) a questão agrária nasce da contradição estrutural do capitalismo que simultaneamente produz a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria no país, e por vezes essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos, sociais e econômicos. Fatos visivelmente observados no município de Brejões a partir da história de produção da Fazenda Lagoa do Morro.

É nesse contexto que ressaltamos as ações de resistência desenvolvidas pelas comunidades para permanência e sobrevivência no campo. Mesmo vivendo num constante processo de negação de direitos estes considerados básicos para a sobrevivência do homem no/do campo, estas comunidades buscam alternativas de sobrevivência fazendo suas plantações em terras emprestadas por vizinhos que possuem um pouco mais de terra que eles, comercializando em feiras próximas através do coletivo de agricultores, buscando alternativas de novas produções voltadas ao consumo, reivindicando através de associações e idas a instituições públicas seus direitos e políticas públicas, etc.

Cabe destacar que não estamos nos referindo somente à falta de terra, mas de condições dignas de permanecer no campo, de políticas públicas adequadas para essa realidade e meios adequados para o homem do campo poder sobreviver com sua família.

É também, através desse histórico de contradições e negação de direitos que observamos a questão agrária se materializando no município de Brejões. No caso da Fazenda Lagoa do Morro, observamos a partir de seu processo histórico a forma com que a formação sócio territorial de Brejões gerou e consolidou uma estrutura fundiária extremamente concentrada e altos níveis de desigualdades sociais entre agricultores familiares e latifundiários. É sabido que o conflito pela posse de terras no município não ocorre de maneira explícita, mas como mencionado anteriormente estes se revelam nas contradições que envolvem a realidade local. Enquanto que os poucos e grandes latifundiários encontram-se possuindo cerca de 80% das terras do município destinadas a produção agrícola e, principalmente a pastagem, milhares de famílias camponesas, de agricultores familiares encontram-se espremidos entre as grandes propriedades, sem infraestrutura básica e sem políticas públicas de incentivo à produção.

Dos 23 municípios que compõe o território de identidade Vale do Jiquiriçá, Brejões é o que possui o maior índice de Gini e, não obstante, o perfil socioeconômico local revela a carência da comunidade camponesa por melhores condições de vida e reprodução social.

Um processo histórico que também demonstra a quantidade de terras que se tornaram improdutivas, enquanto que as centenas de famílias camponesas permaneciam tentando “sobreviver” da pequena agricultura, espremidas entre as fazendas, a destacar a Fazenda Lagoa do Morro. Uma realidade presente até os dias atuais que, compreendemos enquanto uma das dimensões com que a questão agrária se materializa no município.

E mesmo sofrendo as consequências desse processo contraditório e tendo seus direitos negados, os pequenos produtores do município estão sempre buscando novas alternativas para sua permanência no campo, mesmo que muitas vezes estas alternativas sejam residir de favor ou a trabalho nas grandes propriedades. Nos últimos anos alguns fazendeiros com terras improdutivas e sem perspectivas de investimentos do município começaram a lotear parte de suas extensões de terras e esta também tem sido uma forma que alguns agricultores têm buscado para aumentar suas pequenas propriedades ou até mesmo para acessar a terra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para não concluir e visando incitar a construção de novas pesquisas e produções sobre a temática, podemos afirmar que os caminhos percorridos durante a elaboração nos levaram a observar que são inúmeras as dificuldades vivenciadas pelos pequenos produtores do município de Brejões/BA. Ao longo da história os camponeses Brejoenses sofreram e ainda sofrem com as contradições que se encontram no município, a destacar a negação de direitos e básicos para que se possa ter uma vida digna no campo.

Os dados adquiridos na pesquisa demonstraram a desigualdade territorial em que se encontram os pequenos produtores do município e comprovam que a distribuição de terras foi e ainda continua sendo realizada de maneira injusta. A maioria dos agricultores familiares do município se encontra com pouquíssimas terras para produzirem, sendo que por outro lado os grandes fazendeiros/latifundiários encontram com mais da metade dessas terras e com um agravante produzindo cada vez em menores proporções ou em muitos casos não produzindo nada.

Nesse sentido, nota-se que o processo de formação sócio territorial de Brejões foi consolidando/materializando a questão agrária presente no local, que por vez demonstra as consequências desse processo.

No que se refere à Fazenda Lagoa do Morro, observamos que a mesma foi à grande responsável pelo desenvolvimento econômico do município, mas também foi à principal causadora dos conflitos agrários que ocorrem ocultamente em Brejões.

Segundo depoimento dos moradores que se encontram nas comunidades circunvizinhas, em decorrência da fazenda ocupar uma vasta área de terras no município, a mesma também contribuiu no esvaziamento de algumas áreas rurais de Brejões, pois desmotivados com a falta de políticas públicas voltadas aos pequenos produtores, muitas famílias deixaram as comunidades em buscas de melhores condições de vida em outros municípios. Não obstante, muitos filhos dos agricultores familiares também estão saindo de suas comunidades de origem para os grandes centros urbanos em busca de emprego, estudo e melhores condições de moradia. Fortalecendo assim o êxodo rural.

De acordo com os entrevistados, as situações mencionadas decorrem do fato das terras do município de Brejões se encontrarem nas mãos dos grandes fazendeiros, impossibilitando

que os pequenos agricultores, bem como os seus filhos residam e tenham condições mínimas para desenvolver suas atividades agrícolas e assim poder viver de forma digna no campo.

E neste contexto, a Fazenda Lagoa do Morro refletiu e ainda reflete uma realidade que se repete na maioria das fazendas locais: ocupação de vastas extensões de terra utilizadas e não utilizadas e pouquíssima mão de obra ocupada. No outro lado, conforme citado encontram-se as centenas de famílias camponesas, impossibilitadas de expandir suas terras e exprimidas entre as grandes fazendas, buscando alternativas que contribuam para a sobrevivência no e do campo.

É a partir destas constatações que se pode afirmar que o processo de formação sócio territorial de Brejões gerou e consolidou a questão agrária presente no município, que por vez se materializa e reafirma até os dias atuais.

6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. C. C. **Estrutura Fundiária e Reforma Agraria no Brasil**. A Propriedade da Terra. Revista de Economia Política, vol. 07, nº 3, julho/setembro, 1987.

ALBUQUERQUE, M. Pequena; CARONE, E. República nova; CARONE, E. República velha; Encic. Barsa (1999); Estado de S. Paulo (8/2/90); Folha de S. Paulo (25/1/90, 10/2 e 30/9/97); FURTADO, C. Formação; Globo (9/6/91); INST. BRAS. CAFÉ. **Legislação**; INST. BRAS. CAFÉ. Que; Jornal do Brasil (10/2/97); REIS, E. Política; RODRIGUES JÚNIOR, G. **Origem**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-do-cape-ibc>. Acesso 03 de abril de 2018 às 16 horas e 27 minutos.

ALVES, M. S.; SANTOS, R.C. **RELATÓRIO TEMPO COMUNIDADE**, Amargosa 2016.

BREJÕES, 1990. **Lei Orgânica do Município de Brejões/BA**. Revisado no Ano de 2008.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2004.

GERMANI, G. I. e FREITAS, H. I. **A Questão da (reforma) Agrária e a Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Litoral Sul da Bahia**. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3.

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro**. GeoTextos, vol. 2, n. 2, 2006. 115-147.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **INSTITUCIONAL**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>; Acesso em: 20 de dezembro de 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5º ed. – São Paulo, Atlas, 2003.

LIMA, A. S. e CALHAU, A. A. **Estrutura Fundiária e Acesso a Terra no Vale do Jiquiriçá-Bahia**. PERSPECTIVA ISSN 1981-4801 UNIOESTE V.7, N.8 2012.

MARQUES, M.F.O. **Casarões do Vale**: história, patrimônio e arte. 2016.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

OLIVEIRA, A.U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

Projeto Geografar – **A geografia dos Assentamentos na Área Rural (UFBA/CNPq)**. Evolução do Índice de Gini e da Estrutura Fundiária – Brejões (1940 – 2006).

Projeto GeografAR. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/>>. Acesso em 20 de junho de 2018.

QUAN, J.; OLALDE, A. R., OLIVEIRA, G. G., GERMANI, G. I.; SOUSA, V. S.; SANTOS, N. M. S.; OLIVEIRA, A. S. **Dinâmicas Rurais Territoriais no Vale de Jiquiriçá, Bahia, Brasil:** Resultados da 1ª fase de pesquisa. Universidade Federal da Bahia: Projeto GeografAR, 2009.

STEDILE, J. P. (1960-1980). A Questão Agrária no Brasil: **O debate na esquerda**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, J. P. A questão agrária no Brasil: **O debate tradicional – 1500-1960** / João Pedro Stedile (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) --2. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2011. 304 p.

STEDILE, J.P. A questão agrária no Brasil: **Programas de reforma agrária 1946-2003** / João Pedro Stedile (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) --2. ed.— São Paulo: Expressão Popular, 2012. 220 p.

ANEXOS: Fotos da fazenda Lagoa do Morro

1. Escola de primeiro grau (alfabetização, e de 1ª a 4ª series)



Fonte: Arquivo da fazenda, 2018.

2. Início da plantação cafeeira



Fonte: Arquivo da fazenda, 2018.

3. Clube de festas da fazenda Lagoa do Morro



Fonte: Arquivo da fazenda, 2018.